

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THAÍS APARECIDA DE LIMA

O PLÁGIO ACADÊMICO NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

SÃO CARLOS
2019

THAÍS APARECIDA DE LIMA

O PLÁGIO ACADÊMICO NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação vinculado ao Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Conhecimento, Tecnologia e Inovação.

Linha de pesquisa: Conhecimento e Informação para Inovação

Orientadora: Profa. Dra. Ariadne Chloë Mary Furnival

SÃO CARLOS
2019

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Thais Aparecida de Lima, realizada em 22/08/2019:



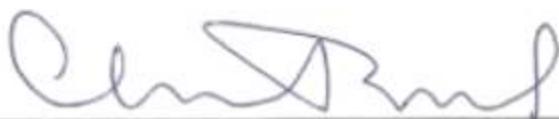
Profa. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival
UFSCar

Profa. Dra. Helen de Castro Silva Casarin
UNESP



Profa. Dra. Marta Pagán Martínez
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Helen de Castro Silva Casarin e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Profa. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival

Aos meus pais, meus irmãos e
àqueles que me apoiaram,
com amor e gratidão, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e à minha mãe e intercessora, Nossa Senhora Aparecida, pelas graças alcançadas e bençãos recebidas, eu agradeço.

À minha orientadora, Ariadne Chloe Mary Furnival, por me motivar a aprender e pelo carinho e dedicação com que ela ensina, eu agradeço.

À banca examinadora, titulares e suplentes, por aceitaram o convite de participar e contribuir com o presente trabalho e sobretudo com a minha formação, eu agradeço.

À toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFSCar) e aos alunos do programa, em especial ao “Bond do Capurro”, eu agradeço.

Aos meus pais, Wilson e Luci, aos meus irmãos: Wanderson, Wilson e Thamires por terem me ensinado a ser muito do que eu sou. Não sei o que seria de mim, sem o exemplo e o afeto de cada um deles! Desde sempre e para sempre, eu agradeço.

À minha amiga e irmã por escolha, Elis Regina, pela presença generosa e pela sororidade, eu agradeço.

À Jamila e à Natália, pela arte e pela amizade, eu agradeço.

À UNIFAL-MG e aos seus colaboradores, em especial, aos que me auxiliaram a conciliar a minha rotina de trabalho e de estudos, eu agradeço.

Aos amigos, parentes e demais pessoas que de forma direta ou indireta, de modo real, virtual ou espiritual, se dispuseram a contribuir com atos, mensagens, pensamentos positivos, conversas e orações, eu agradeço.

*“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”
(Fernando Pessoa)*

RESUMO

A definição de Competência Informacional está relacionada tanto ao conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que os indivíduos devem possuir para usar a informação de maneira crítica e ética, quanto ao aprendizado ao longo da vida. A dimensão ética da Competência Informacional está pautada no comportamento que abrange a preocupação com os aspectos legais em relação ao uso da informação pelo indivíduo para a realização do bem coletivo. A utilização das tecnologias de informação e comunicação e a facilidade de acesso a uma grande quantidade de informações torna ainda mais relevante a questão do uso adequado das fontes de informação e a dimensão ética da Competência Informacional, que traz em seu bojo o combate ao plágio, tendo em vista o uso legal da informação. A presente pesquisa visou verificar a percepção da comunidade acadêmica acerca do plágio acadêmico tendo como base o uso ético da informação no contexto da Competência Informacional, direcionado à temática do plágio. Esta pesquisa teve um caráter quanti-qualitativo, com levantamento bibliográfico para embasamento dos temas abordados e foi exploratória em relação aos seus objetivos. Para o levantamento dos dados e apresentação dos resultados foi aplicado um questionário aos estudantes universitários dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) e de Ciências Biológicas, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Os resultados desta pesquisa nos permitiu identificar que os respondentes conseguem compreender o que é o plágio, mas pelas respostas escolhidas em relação às sanções a serem aplicadas, a maioria deles não identifica o plágio como um crime de violação aos direitos autorais. E embora a maioria dos respondentes tenham afirmado citar as fontes utilizadas em seus trabalhos acadêmicos, a consistência da citação pode ser prejudicada devido à falta de frequência na consulta às normas. Por fim, identificamos que a abordagem do plágio dentro da universidade ainda é incipiente e carece de mais debates e reflexões.

Palavras-chaves: Competência Informacional. Ética na pesquisa. Plágio acadêmico.

ABSTRACT

The definition of Information Literacy is related both to the set of knowledge, skills and attitudes that individuals must possess to use information in a critical and ethical way, as well as lifelong learning. The ethical dimension of Information Literacy is based on the behavior that reaches the worry with legal aspects about the use of information by the individual for the realization of the collective good. The use of information and communication technologies and the ease of access to a large amount of information makes even more relevant the issues of the adequate use of information sources and the ethical dimension of Information Literacy to combat plagiarism for the legal use of information. The present work aims to verify the perception that undergraduate members of an academic community have regarding academic plagiarism based on the ethical use of information in the context of Information Literacy, addressing the issue of plagiarism. The research developed has a quantitative-qualitative character, based on a bibliographical review of the topics addressed, and it was exploratory in relation to the research objectives. To collect data and present the results, a questionnaire was applied to university students on the Bachelors Degree in Library and Information Science (BCI) and Biological Sciences, at the Federal University of São Carlos (UFSCar). The research results allowed us to identify that: respondents can understand what plagiarism is, but from the responses chosen regarding the sanctions to be applied, most of them do not identify plagiarism as a crime of copyright infringement. And although most respondents stated that they cite the sources used in their academic work, the consistency of the citation may be impaired due to the lack of frequency in consulting referencing and bibliographic standards. Finally, we identified that within the university, initiatives to tackle plagiarism are still incipient and the issue requires further debate and reflection therein.

Keywords: Information Literacy. Research ethics. Academic plagiarism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese das características das dimensões da Competência Informacional de Vitorino e Piantola (2011).....	29
Figura 2 – Questão 7 alternativa (a).....	62
Figura 3 – Questão 7 alternativa (b).....	64
Figura 4 – Questão 7 alternativa (c).....	65
Figura 5 – Questão 7 alternativa (d).....	67
Figura 6 – Questão 7 alternativa (e).....	68
Figura 7 – Questão 11 Nuvem de <i>tags</i>	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Caracterização dos respondentes por gênero.....	51
Gráfico 2 –	Caracterização dos respondentes por idade.....	51
Gráfico 3 –	Caracterização dos respondentes por formação.....	53
Gráfico 4 –	Questão 2 Você já ouviu falar sobre plágio?.....	54
Gráfico 5 –	Questão 3 Na sua opinião, qual das alternativas abaixo melhor define o que é plágio?.....	55
Gráfico 6 –	Questão 4 Você costuma citar as fontes de onde foram retiradas as ideias contidas em seu texto?.....	56
Gráfico 7 –	Questão 5 Na grade curricular do seu curso existe(m) alguma(s) disciplina(s) que aborda(m) a questão do plágio?.....	57
Gráfico 8 –	Questão 6 Você conhece ou sabe se existe(m) alguma(s) ação(es) de combate ao plágio promovida(s) pela universidade em que você estuda (ou estudou)?.....	60
Gráfico 9 –	Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (a).....	63
Gráfico 10 –	Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (b).....	64
Gráfico 11 –	Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (c).....	66
Gráfico 12 –	Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (d).....	68
Gráfico 13 –	Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (e).....	69
Gráfico 14 –	Questão 8 Você costuma consultar as normas e manuais de normalização ao desenvolver um texto acadêmico?.....	70
Gráfico 15 –	Questão 9 Por qual(is) motivo(s) você acredita que os estudantes cometam plágio?.....	72
Gráfico 16 –	Questão 10 Quais as sanções que, no seu ponto de vista, devem ser aplicadas ao ser detectado o plágio?.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Histórico da Competência Informacional nas décadas de 70, 80 e 90.....	21
Quadro 2 –	Histórico da Competência Informacional no Brasil.....	24
Quadro 3 –	Indicadores de desempenho e resultados do padrão 5.....	26
Quadro 4 –	Dissertações e Teses que abordam o plágio nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no site da CAPES.....	40
Quadro 5 –	Etapas metodológicas.....	50
Quadro 6 –	Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 1 opções (a) e (b), por curso/período.....	53
Quadro 7 –	Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 8 (a) Quais as normas e manuais de normalização você costuma consultar?, por curso/período.....	71
Quadro 8 –	Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 9 Outros. Especifique:, por curso/período.....	73
Quadro 9 –	Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 10 Outros. Especifique:, por curso/período.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Porcentagem de participantes.....	49
Tabela 2 –	Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 5 Outros. Especifique:, por curso/período.....	57
Tabela 3 –	Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 5 (a) Qual/Quais disciplina(s)?, por curso/período.....	58
Tabela 4 –	Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 6 Outros. Especifique:, por curso/período.....	60
Tabela 5 –	Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 6 (a) Qual/Quais ação/ações você conhece?, por curso/período.....	61
Tabela 6 –	Porcentagem de respondentes da questão 11.....	76
Tabela 7 –	Gênero dos respondentes da questão 11.....	76

LISTA DE SIGLAS

AASL	– American Association of School Librarians
AC	– Análise de Conteúdo
ACRL	– Association of College and Research Libraries
AECT	– Association for Educational Communications and Technology
ALA	– American Library Association
ANZIL	– Australian and New Zealand Institute for Information Literacy
BCI	– Biblioteconomia e Ciência da Informação
BN	– Biblioteca Nacional
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAUL	– Council of Australian University Librarians
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCI	– Departamento de Ciência da Informação
DORIL	– Directory of Online Resources for Information Literacy
EDA	– Escritório de Direitos Autorais
FEBAB	– Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FAPESP	– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IFLA	– International Federation of Library Associations and Institutions
IL	– Information Literacy
LDA	– Lei de Direito Autoral
NFIL	– National Forum on Information Literacy
OMC	– Organização Mundial do Comércio
OMPI	– Organização Mundial da Propriedade Intelectual
SCONUL	– Society of College, National and University Libraries
UFSCar	– Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	OBJETIVOS.....	17
1.1.1	Objetivo geral.....	17
1.1.2	Objetivos específicos.....	17
2	APORTE TEÓRICO.....	18
2.1	COMPETÊNCIA INFORMACIONAL.....	18
2.2	PROPRIEDADE INTELECTUAL, DIREITO AUTORAL E PLÁGIO.....	30
2.2.1	Propriedade Intelectual.....	30
2.2.2	Direito Autoral.....	32
2.2.3	Plágio.....	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	84
	ANEXO.....	90
	APÊNDICES.....	91

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que viabilizem a utilização e o aproveitamento da informação disponível nos mais variados contextos tem aumentado a relevância e o interesse sobre a importância dos estudos da Competência Informacional (*Information Literacy - IL*) no campo interdisciplinar da Ciência da Informação. Hatschbach e Olinto (2008) observam que a Competência Informacional também é interdisciplinar por excelência, já que possui interface com outros campos de conhecimento tais como Educação, Ciências Sociais, Psicologia, Comunicação, Informática, entre outros.

O uso apropriado das fontes de informação também requer uma reflexão sobre os aspectos éticos e valores que são empregados na avaliação das competências informacionais e que, nesse sentido, abrangem o respeito à propriedade intelectual, evitando-se a violação do direito autoral e combatendo-se o plágio. Assim, vemos como a Competência Informacional também tem, cada vez mais, tangível interface com o campo de Direito.

Refletir sobre a dimensão ética da Competência Informacional também possibilita “[...] a vigilância ética [...] de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem” (FREIRE, 2000, p. 102). Tais pensamentos contribuem com as “[...] exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo” (FREIRE, loc. cit.).

De acordo com Cortella e Barros Filho (2014), a ética está envolvida por dilemas, que impactam na tomada de decisões sobre a forma de ser e a cultura do ser humano. Para se ter ética as pessoas devem agir com discernimento vinculando-se aos comportamentos esperados e repudiando aos comportamentos indesejáveis. Segundo Cortella (2009, p. 102), a ética é “o que marca a fronteira da nossa convivência. [...] é aquela perspectiva para olharmos os nossos princípios e os nossos valores para existirmos juntos [...] é o conjunto de seus princípios e valores que orientam a minha conduta”. Arantes (2013, p. 13) define ser ético como: “ser um agente social cujas decisões são fundamentadas na moral do grupo ao qual pertence e são tomadas com base em valores e interesses que busquem o bem comum”. Para Vaz (2006, p. 39) o aumento e a diversidade de informações produzidas, demanda “um posicionamento ético, de respeito mútuo aos direitos

individuais ao mesmo tempo em que visa ao bem-estar e aos interesses da coletividade”.

Nesse contexto insere-se o plágio acadêmico. Este ocorre ao se apresentar um texto acadêmico (artigos, relatórios, projetos, trabalhos de conclusão de curso, etc.) como obra de própria autoria, quando, na verdade se trata de uma produção acadêmica advinda de cópia literal ou reescrita na qual a autoria original é ocultada. A continuidade e o aumento da prática do plágio podem estar relacionados ao advento da internet como instrumento de busca e a facilidade de acesso e uso de um volume cada vez maior de informações, mas também pode ocorrer de forma accidental (KROKOSZ, 2012).

Alguns motivos da ocorrência do plágio, de acordo com Krokosz (2012) são: razão accidental (desconhecimento técnico do redator): falta de competência para indicar os autores em citações e indicar nas referências, as fontes de informação utilizadas; facilidade de acesso à informação eletrônica (internet) e de uso de recursos de edição de texto: facilidade de efetuar cópias devido à automatização dos processos de busca e de escrita disponíveis atualmente; falta de tempo: necessidade de conciliar os estudos com a jornada de trabalho e os compromissos pessoais e familiares; dificuldade de escrita acadêmica e hábito de reprodução textual: falta de incentivo à produção textual e ao desenvolvimento da capacidade de autoria aliados às técnicas de pesquisa e normalização; interesse em aumentar o número de publicações: aderência ao produtivismo científico por pressão institucional ou ambição pessoal do autor; falta de ética: descompromisso com a produção de conhecimentos.

Diante disso, cabem algumas reflexões como: os estudantes sabem o que é plágio? Eles fazem uso responsável da informação contribuindo para a proteção do direito autoral ao desenvolverem suas atividades acadêmicas? Citam e fazem a normalização das fontes utilizadas? Tais indagações levaram à seguinte questão de pesquisa: qual é a percepção dos estudantes acerca do plágio acadêmico?

O interesse em pesquisar sobre o tema também aumentou, após a leitura de uma reportagem sobre uma pesquisa realizada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2018, com estudantes de todas as áreas do conhecimento, cujo título destacava que “87% dos alunos chegam à universidade sem saber o que é plágio” (BASSETE, online, 2018). Tal pesquisa revelou que dos 958 alunos consultados (35% da graduação e 65% da pós-graduação), a maioria

dos alunos (98,4%) sabem da gravidade de se efetuar cópias de trechos de trabalhos, mas a minoria deles (4,5%) consideram que o plágio nem sempre ocorre de forma intencional e que alguns deles (36,7%) admitiram já ter copiado alguns trechos de textos sem citarem a fonte original (BASSETE, online, 2018).

Esse quadro contextual orienta, portanto, a realização do presente trabalho que se propôs a investigar a percepção dos estudantes em relação ao plágio no contexto acadêmico tendo como base o uso ético e legal da informação presente na dimensão ética da Competência Informacional (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Sobre a denominação, vários termos têm sido utilizados como sinônimos de *Information Literacy*, como Alfabetización Informacional na Espanha e América Latina; Literacia em Portugal; e Competência Informacional, Competência em Informação, Letramento Informacional ou Alfabetização Informacional no Brasil (DUDZIAK, 2001; CAMPELLO, 2009; GASQUE, 2010). No presente estudo optou-se por utilizar o termo Competência Informacional, para a abordagem em português e o termo *Information Literacy* para a abordagem em inglês.

A pesquisa desenvolvida possui o caráter quanti-qualitativo, com levantamento bibliográfico para embasamento dos temas abordados, sendo de natureza exploratória em relação aos seus objetivos, e tendo como participantes os estudantes universitários dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) e de Ciências Biológicas, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* São Carlos.

Assim, esta pesquisa procurou compreender a percepção dos alunos ingressantes sobre o plágio e compará-la com a percepção dos alunos do quinto semestre, tendo como ponto de partida a dimensão ética da Competência Informacional. Para tanto, verificamos este tema, nas turmas do primeiro e quinto semestres dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) e de Ciências Biológicas, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* São Carlos, por meio de uma pesquisa de *survey*, com aplicação de um questionário, do qual obtivemos um total de 99 respondentes.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O propósito desta pesquisa foi verificar a percepção dos alunos ingressantes e do quinto semestre do Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação e de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, *campus* São Carlos, acerca do plágio acadêmico tendo como base o uso ético da informação no contexto da Competência Informacional.

1.1.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos, temos:

- a) Averiguar a consciência ética no uso da informação, no que se refere especificamente à percepção do plágio, por parte de universitários de áreas distintas e dos 1º e 5º períodos acadêmicos;
- b) Aferir se os estudantes reconhecem a ocorrência de plágio;
- c) Identificar se os estudantes notam a abordagem do plágio na universidade.

O trabalho está dividido da seguinte maneira: a introdução com apresentação da temática e dos objetivos geral e específicos da pesquisa; o aporte teórico com os temas: Competência Informacional, Padrões e modelos de Competência Informacional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral e Plágio e algumas considerações sobre Competência Informacional e plágio; os procedimentos metodológicos; os resultados e discussões; as considerações finais; as referências, o anexo e os apêndices.

2 APORTE TEÓRICO

O aporte teórico aborda os temas: Competência Informacional; Padrões e modelos de Competência Informacional; Propriedade Intelectual; Direito Autoral e Plágio e tece algumas considerações sobre Competência Informacional e plágio

2.1 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

A Competência Informacional (*Information Literacy*), é considerada um conjunto de habilidades, conhecimentos e valores que os indivíduos devem possuir para reconhecer quando a informação é necessária, bem como saber localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma efetiva. O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) trouxe consigo uma grande quantidade de informações que se proliferam em um curto período de tempo e estão disponíveis em diversas fontes e formatos. Lidar com essa grande quantidade de informações no complexo ambiente contemporâneo requer dos indivíduos a aplicação do senso crítico além de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para a utilização das informações de forma ética e legal (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989; DOYLE, 1994; DUDZIAK, 2001, 2003).

Entendemos que a definição da competência informacional de Uribe-Tirado (2013) seja bastante abrangente, pois abarca não só os conhecimentos, habilidades e atitudes, mas também o uso da informação de forma crítica e ética e o aprendizado ao longo da vida, diante no contexto das exigências da Sociedade da Informação:

El proceso de enseñanza-aprendizaje que busca que un individuo y colectivo, gracias al acompañamiento profesional y de una institución educativa o bibliotecológica, utilizando diferentes estrategias didácticas y ambientes de aprendizaje (modalidad presencial, "virtual" o mixta -blended learning-), alcance las competencias (conocimientos, habilidades y actitudes) en lo informático, comunicativo e informativo, que le permitan, tras identificar sus necesidades de información, y utilizando diferentes formatos, medios y recursos físicos, electrónicos o digitales, poder localizar, seleccionar, recuperar, organizar, evaluar, producir, compartir y divulgar (Comportamiento Informacional) en forma adecuada y eficiente esa información, con una posición crítica y ética a partir de sus potencialidades (cognoscitivas, prácticas y afectivas) y conocimientos previos y complementarios (otras alfabetizaciones-Multialfabetismo/Literacias), y lograr una InterAcción apropiada con otros individuos y colectivos (práctica cultural-inclusión social), según los diferentes roles y contextos que asume (niveles educativos,

investigación, desempeño laboral o profesional), para finalmente con todo ese proceso, alcanzar y compartir nuevos conocimientos y tener las bases de un aprendizaje permanente (lifelong learning) para beneficio personal, organizacional, comunitario y social (evitando la brecha digital e informacional) ante las exigencias de la actual sociedad de la información. (URIBE-TIRADO, 2013, p. 12-13).

Dudziak (2001, p. 4-5) aponta alguns entraves para o acesso à informação, “[...] como os custos da busca pela informação, o número ilimitado de fontes, a ignorância a respeito das novas ferramentas informacionais disponíveis e a falta de habilidade em lidar com tais ferramentas”. Afirmando também que, para ultrapassar tais barreiras o indivíduo deve saber:

definir as suas necessidades informacionais; buscar e acessar efetivamente a informação necessária; avaliar (pertinência e relevância), organizar e transformar a informação em conhecimento; aprender a aprender e aprender de forma contínua. (DUDZIAK, 2001, p. 5).

Desta forma, o indivíduo será capaz de “lidar com essa nova realidade de predomínio da informação, do conhecimento e do aprendizado ao longo da vida” (DUDZIAK, 2001, p. 5). Assim, para Dudziak (2003, p. 28), a Competência Informacional pode ser entendida como:

[...] o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida. (DUDZIAK, 2003, p. 28).

Essa autora (2003) traça um panorama histórico da evolução da *Information Literacy*, dividido em três períodos, que são: década de 70: os precursores; década de 80: os exploradores e década de 90: a busca de caminhos.

Na década de 70, a autora enfatiza o surgimento do termo *information literacy*, no ano de 1974, no relatório denominado *The information service environment relationship and priorities*. Esse relatório, de autoria do bibliotecário americano, Paul Zurkowski, que presidia a *Information Industries Association*, recomendava que se iniciasse um movimento nacional rumo à *information literacy* e elencava as competências necessárias para a utilização de bases de dados eletrônicas que eram comercializadas nos EUA, desde a década de 1960 (DUDZIAK, 2003). Zurkowski pretendia que “[...] o governo norte-americano se preocupasse em garantir que a população do país desenvolvesse competência informacional que lhe permitisse utilizar a variedade de produtos informacionais

disponíveis no mercado” (CAMPELLO, 2003, p.30). Nota-se, pois que na década de 70 a literatura já apontava a Competência Informacional como um conjunto de habilidades relacionadas ao acesso e uso da informação, para a solução de problemas, de maneira eficiente e eficaz (DUDZIAK, 2001).

Na década de 80, portanto, foi que surgiram os novos conceitos como:

aprender a aprender, aprendizado ao longo da vida, pensamento crítico, educação baseada em recursos, integração curricular, aprendizado independente [...], a biblioteca passou a ser vista como um espaço de aprendizagem e [lançaram-se] as bases de um movimento que alcançaria proporções mundiais na década que estava por vir. (DUDZIAK, 2001, p. 34).

Também na década de 80 inicia-se o uso do computador e das tecnologias para a manipulação da informação e surgem nessa época os termos *computer literacy* e *technology literacy* enfatizando a necessidade de se ter habilidades para a utilização das tecnologias de informação no âmbito da competência informacional. Tais tecnologias passam a serem vistas como ferramentas de apoio à aprendizagem e os bibliotecários alcançam o reconhecimento do seu papel no contexto educacional, originando-se pois o conceito de *information literacy education*, publicado pelo trabalho de Kuhlthau no ano de 1987 (BEHENS, 1994; KUHALTHAU, 1987).

A década de 90 foi marcada pela ampla aceitação da definição da American Library Association (ALA, 1989) de que “[...] para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...]” (ALA, 1989, p.1) e vários programas educacionais começaram a ser implementados em torno do mundo, sobretudo, pelas bibliotecas universitárias em colaboração com o corpo docente (DUDZIAK, 2001).

O Quadro 1 mostra o histórico da competência informacional no âmbito internacional, enfatizando-se os principais estudos difundidos na área, tendo como base a dissertação e o artigo publicado por Dudziak (2001, 2003).

Quadro 1 - Histórico da Competência Informacional nas décadas de 70, 80 e 90

(continua)

<p>Década de 70 (Os precursores)</p> <p>A informação passou a ter valor para todas as atividades humanas trazendo consigo a necessidade do desenvolvimento de habilidades para o seu uso de forma eficiente e eficaz, antecipando assim mudanças nos sistemas de informação e na atuação profissional do bibliotecário.</p>
<p>1974 – Relatório intitulado <i>The information service environment relationship and priorities</i> elencava as competências necessárias à utilização de bases de dados eletrônicas que estavam sendo comercializadas nos EUA, desde a década de 1960, de autoria do bibliotecário americano Paul Zurkowski que presidia a <i>Information Industries Association</i> e recomendava que se iniciasse um movimento nacional em direção à <i>information literacy</i>.</p>
<p>1976 – O simpósio da biblioteca da Universidade do Texas, que teve como tema central “O futuro da organização do conhecimento”, aborda o termo de forma mais abrangente, relacionando o conceito (de <i>Information Literacy</i>) a um conjunto de conhecimentos e habilidades. Incluindo, em um artigo apresentado por Lee Burchinal, a localização e o uso efetivo e eficiente da informação para as tomadas de decisões e soluções de problemas.</p> <p>1976 – Compreendida por Hamelink e Owens como um instrumento de emancipação política extrapolando a noção de aquisição de habilidades e conhecimentos e inserindo-se no contexto da cidadania.</p>
<p>1979 – Taylor e Garfield abordaram a questão da capacitação em informação (domínio de técnicas e habilidades de uso das ferramentas informacionais na modelagem de soluções para os problemas) como um dos requisitos para a competência.</p>
<p>Década de 80 (Os exploradores)</p> <p>O foco nas tecnologias de informação restringe a noção do conceito de <i>Information Literacy</i> dando-lhe assim uma ênfase instrumental.</p>
<p>1983 – Publicação, nos EUA, do relatório intitulado “A nation at risk: the imperative for educational reform. A report to the nation and the secretary of education” pela <i>National commission on excellence in education</i> causou revolta na classe bibliotecária por ignorar completamente o papel educacional das bibliotecas.</p>
<p>1985 – O estudo de usuários realizado por Patricia S. Breivik na biblioteca da <i>University of Colorado</i>, em Denver, nos EUA, contribuiu para a implementação de programas educacionais direcionados à <i>Information Literacy</i> aproximando e integrando o trabalho de bibliotecários, docentes e educadores.</p>

Quadro 1 - Histórico da Competência Informacional nas décadas de 70, 80 e 90

(continuação)

1987 – A monografia de Carol C. Kuhlthau (1987) intitulada *Information skills for an information society: a review of research* apresentou os alicerces da competência informacional à educação, ou seja, a *Information Literacy Education*.

1987 – A Universidade de Columbia e a Universidade do Colorado, nos EUA, organizam o simpósio *Libraries and the search for academic excellence* fortalecendo a relação entre bibliotecas, educação e *Information Literacy*.

1988 – A *American Association of School Librarians* (AASL – ALA) em parceria com a *Association for Educational Communications and Technology* (AECT) lança, pelo documento intitulado *Information power*, as diretrizes para a implementação de programas educacionais em bibliotecas do ensino médio chamando os bibliotecários a assumir uma participação mais ativa nos processos de aprendizagem, em cooperação com os docentes.

1989 – Com o documento *Information Literacy: revolution in the library* de Patricia S. Breivik e E. Gordon Gee (1983), foi enfatizada a cooperação entre bibliotecários e administradores de universidades e introduziu-se o conceito de educação baseada em recursos *resource-based learning* que via a biblioteca como elemento chave na educação.

1989 – O documento intitulado *Presential committe on information literacy: final report* desenvolvido por bibliotecários e educadores da *American Library Association* (ALA) recomendou que se diminuísse a lacuna existente entre sala de aula e biblioteca por uma reestruturação curricular que privilegiasse o uso dos recursos informacionais (disponíveis para a aprendizagem e resolução de problemas) de forma contextualizada, visando inculcar nos aprendizes o hábito de buscar e usar de modo crítico a informação (e a biblioteca).

Década de 90**(A busca de caminhos)**

Ampla aceitação da definição da ALA (1989) e implementação de programas educacionais ao redor do mundo.

1990 – Aclamação do ano de 1990, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, como *International Literacy Year* marcando a década por esforços para a redução da falta de informação e do analfabetismo informacional.

1990 – O resultado do relatório de Doyle com seu grupo intitulado *National Forum on Information Literacy* (NFIL) definiu metas que nortearam a *National educational goals* para o ensino médio.

1991 – Hannelore B. Rader, diretora da *Cleveland state university library*, Ohio, EUA, começa a publicar anualmente uma revisão de artigos na área: *Bibliographic instructions and Information Literacy*.

Quadro 1 - Histórico da Competência Informacional nas décadas de 70, 80 e 90

(conclusão)

1992 – Surge mais um documento governamental denominado *SCANS report* com habilidades e competências diretamente relacionadas com a *Information Literacy*.

1992 – Publicação do artigo intitulado *Librarians and Information Literacy*, por Shirley Brehrens que traz a definição e as características da *Information Literacy* e sua relação com a educação de usuários.

1994 – Lançamento do livro *Developing lifelong learning undergraduate education* pelos bibliotecários (Austrália): Philip Candy, Gay Crebert e Jane O’Leary, defendendo e definindo a *Information Literacy*.

1997 – Tese de Cristine Bruce intitulada *Information Literacy: a phenomenography* introduziu uma nova abordagem sobre a *Information Literacy* buscando compreendê-la sob o ponto de vista situacional, ou seja, das experiências vividas pelo sujeito enfatizando determinadas concepções e experiências.

1997 – Lançamento da revista *Big6newsletter* especializada em *Information Literacy* e editada por Eisenberg e associados.

1997 – Houve a criação do *Institute for information literacy* da ALA – *Association of College and Research Libraries* (ACRL) - Divisão de Bibliotecas Escolares da ALA, priorizando treinar bibliotecários e dar suporte à implementação de programas educacionais no ensino superior.

1997 – Criação do *Directory of Online Resources for Information Literacy* (DORIL) por Drew Smith da *USF School of Library and Information Science* (Flórida, EUA) propondo-se a manter um guia atualizado de fontes informacionais e definições ligadas a *Information Literacy*.

1998 – Em março, a ALA lançou um relatório de atualização delineando seis recomendações relativas ao assunto intitulado *A progress report on information literacy: an update on the American Library Association Presential Committee on Information Literacy: final report*, reafirmando a premissa de adequação de sistemas e de profissionais de informação à realidade atual de multiplicidade de recursos e fontes informacionais e a necessidade de atuação interdisciplinar, integrando também os ambientes educacional e profissional.

Fonte: Adaptado de DUDZIAK (2001, 2003).

Santos (2017, p. 87) afirma que:

desde a década de 1990 até os dias atuais, diversos estudos têm buscado fundamentação teórica como modo de consolidar a Competência Informacional por meio de reflexões sobre sua definição e da criação de diretrizes e parâmetros para o seu

desenvolvimento/aprimoramento em diversos ambientes. (SANTOS, 2017, p. 87).

Santos (2017) apresenta um panorama histórico da Competência Informacional no Brasil que apesar de ser considerada emergente também possui iniciativas relevantes que demonstram a importância de abordar a temática para se efetuar possíveis “melhorias no cenário educacional, social, cultural e político do país” (SANTOS, 2017, p. 87).

As iniciativas nacionais apresentadas por Santos (2017) estão descritas no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Histórico da Competência Informacional no Brasil

Brasil (a Competência Informacional em âmbito nacional)
Precusores: pesquisadores da área da Ciência da Informação: Sônia Elisa CAREGNATO (2000), Elisabeth Adriana DUDZIAK (2001), Maria Helena de Lima HATSCHBACH (2002), Bernadete Santos CAMPELLO (2003) e Regina Célia Baptista BELLUZZO (2004).
2003-2005 – Promoção de palestras, workshops e contatos com especialistas, sobre o tema pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), órgão representativo das associações e organismos que envolvem a área da Ciência da Informação no Brasil e filiada à <i>International Federation of Library Associations and Institutions</i> (IFLA).
2006 – Lançamento pela Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBD) da edição especial (nº 2) sobre Competência Informacional, buscando destacar nos artigos o paradigma emergente da temática no cenário brasileiro.
2013 – Publicação do livro “Competência em informação: de reflexões às lições aprendidas” organizado por Regina Célia Baptista BELLUZZO e Glória Georges FERES .
[2014] – [ver: < http://www.labirintodosaber.com.br/ >] – criação do “Labirinto do Saber”, projeto de responsabilidade da Dra. Regina Célia Baptista BELLUZZO , da Dra. Glória Georges FERES e da Dra. Marcia ROSETTO , configurando-se em um Núcleo de Pesquisa e Aprendizagem em Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento e Competência em Informação, cuja formação se dá por um grupo com experiência em pesquisa e ensino articulando as diferentes áreas do saber: Ciência da Informação, Comunicação, Educação e Administração.

Fonte: Adaptado de SANTOS (2017).

Retomando o cenário internacional, a partir do ano 2000 ocorreu a publicação de padrões de competência informacional, com o intuito de implantar programas de desempenho das habilidades informacionais, voltados para os alunos do ensino superior, como o documento denominado “*Information literacy competency standards for higher education*”, da *Association of College and Research Libraries* (ACRL, 2000) cuja abordagem dos aspectos éticos e legais no uso da informação, no que se refere à temática do plágio, ocorre no padrão 5, e o “*Australian and New Zealand Information Literacy Framework: principles, standards and practice*”, da *Australian and New Zealand Institute for Information Literacy* (ANZIL) e *Council of Australian University Librarians* (CAUL) que foi editado por Alan Bundy, em 2004¹. Vale ressaltar que no documento da ANZIL e CAUL (2004) os padrões são semelhantes aos padrões da ACRL (2000), porém a questão que envolve a ética no uso da informação está presente no padrão 6 e a questão que envolve o entendimento sobre o plágio está representada no item 6.3 do referido documento.

A ACRL (2000) define a competência informacional como um conjunto de habilidades que requer dos indivíduos o reconhecimento e a capacidade de localização, avaliação e uso efetivo das informações necessárias.

Para que uma pessoa seja considerada competente em informação ela deve ser capaz de:

- a) Determinar a extensão da informação necessária;
- b) Acessar, eficaz e eficientemente, as informações necessárias;
- c) Avaliar, criticamente, as informações e suas fontes;
- d) Incorporar informações selecionadas em sua base de conhecimento;
- e) Usar as informações de maneira eficaz para atingir um propósito específico;
- f) Compreender as questões econômicas, legais e sociais que cercam o uso de informações e acessá-las e usá-las de maneira ética e legalmente. (ACRL, 2000, p. 2-3, tradução nossa).

Partindo-se desses conceitos a ACRL (2000) elaborou um conjunto de Padrões de Competência Informacional para Estudantes de Nível Superior que são

¹ BUNDY, Alan (Ed.). *Australian and New Zealand Information Literacy Framework: principles, standards and practice*. Adelaide, Australian and New Zealand Institute for Information Literacy, 2004. Disponível em: <<http://archive.caul.edu.au/info-literacy/InfoLiteracyFramework.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

usados como modelo nos EUA. Tal modelo é composto por cinco padrões, com indicadores de desempenho e resultados.

De acordo com a ACRL (2000, grifo nosso) o **padrão 1** se relaciona a **determinar natureza e a extensão da necessidade de informação**; o **padrão 2** versa sobre o **acesso à informação de forma efetiva e eficiente**; o **padrão 3** aborda sobre a capacidade de **avaliar as informações e suas fontes criticamente e incorporar as informações selecionadas em sua base de conhecimento e sistema de valores**; o padrão 4 preconiza **usar as informações efetivamente para alcançar um propósito específico, individualmente ou como membro de um grupo** e o **padrão 5** recomenda **compreender os vários aspectos econômicos, legais e sociais em torno do uso de informações pelo acesso e uso de informações de forma ética e legal**.

No próximo quadro (Quadro 3) apresentam-se os indicadores de desempenho e resultados referentes ao padrão 5:

Quadro 3 – Indicadores de desempenho e resultados do padrão 5

(continua)

Padrão 5	Indicadores de desempenho	Resultados
	1. Entender muitos dos aspectos éticos, legais e questões socioeconômicas em torno da informação e tecnologia da informação	identificar e discutir questões relacionadas à privacidade e segurança em ambientes eletrônicos; identificar e discutir questões relacionadas ao acesso livre; identificar e discutir questões relacionadas à censura e à liberdade de discurso; demonstrar uma compreensão da propriedade intelectual, direitos autorais e uso justo de material protegido por direitos autorais.

Quadro 3 – Indicadores de desempenho e resultados do padrão 5

(conclusão)

Padrão 5	Indicadores de desempenho	Resultados
	2. Seguir leis, regulamentos, políticas e etiqueta relacionadas ao acesso e uso de recursos de informação	participar de discussões eletrônicas seguindo práticas aceitas; usar senhas e outras formas de identificação para acessar recursos de informações; cumprir as políticas institucionais de acesso aos recursos de informação; preservar a integridade dos recursos de informação, equipamentos, sistemas e instalações; obter, armazenar e disseminar legalmente: texto, dados, imagens ou sons; demonstrar uma compreensão do que constitui plágio e não apresentar trabalho atribuível a outros como seu próprio; demonstrar uma compreensão das políticas institucionais relacionadas pesquisa de sujeitos humanos.
	3. Reconhecer o uso das fontes de informação ao comunicar o produto ou desempenho	selecionar um estilo de documentação apropriado e usá-lo consistentemente citando as fontes; postar avisos de permissão concedida, conforme necessário, para material protegido por direitos autorais.

Fonte: Adaptado de ACRL (2000), tradução nossa.

No ano de 2015, foi elaborada pela ACRL, uma nova versão do documento, denominada “*Framework for Information Literacy for Higher Education*”. Essa nova versão substitui o documento anterior e apresenta seis afirmações e suas descrições incluindo os elementos “práticas de conhecimento” e “disposições” para cada uma dessas afirmações. Nesse novo documento o plágio passou a ser abordado na

afirmação *Information has value* (a informação tem valor) e a questão ética passou a figurar no *follow ethical and legal guidelines in gathering and using information* (seguir diretrizes éticas e legais na coleta e uso de informações) como parte das Disposições da afirmação *Research as inquiry* (a pesquisa como investigação) (ACRL, 2015).

De acordo com Sanches (2016) as principais alterações ocorridas no documento são de cunho estrutural, pois tal documento passou de:

normativo e orientador (guidelines) [para] ser um quadro teórico-conceptual (framework), focado em estabelecer linhas de rumo coerentes, mas flexíveis, que possam ser observadas como contendo os conceitos chave para a compreensão e aplicação da literacia de informação, adaptada a cada realidade” (SANCHES, 2016, p. 77).

Em 1999, um grupo de trabalho da *Society of College, National and University Libraries* (SCONUL) publicou o documento: *Information skills in higher education: a SCONUL position paper*, que foi expandido e atualizado em 2011 gerando o modelo *The SCONUL seven pillars of Information Literacy* (Sete pilares da Competência Informacional). Os sete pilares são apresentados como: *Identify, Scope, Plan, Gather, Evaluate, Manage* e *Present*. Nesse documento, no pilar *Manage* (gerenciamento) destaca-se a capacidade do indivíduo de organizar a informação de forma profissional e ética. Nesse sentido a pessoa deve entender a responsabilidade de ser honesto em todos os aspectos de manipulação e divulgação da informação sendo capaz de demonstrar conhecimento sobre questões de direitos autorais, plágio e propriedade intelectual (SCONUL, 2011, tradução nossa).

Os programas educacionais voltados para o ensino superior são importantes para dar suporte e visam a melhoria da aprendizagem, da pesquisa e do ensino. No presente estudo os padrões e modelos apresentados reafirmam a relevância de se averiguar a percepção dos estudantes sobre o plágio no contexto acadêmico, tendo como base o uso ético da informação no contexto da Competência Informacional.

A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação e a facilidade de acesso a uma grande quantidade de informações torna ainda mais relevante a questão do uso adequado das fontes de informação e a dimensão ética da Competência Informacional que traz em seu bojo a questão do combate ao plágio.

Esta abordagem visa o uso legal da informação, tendo em vista que “a responsabilidade sobre o produto criado passa pelo conhecimento das leis de propriedade intelectual e direitos autorais, bem como por noções de ética” (DUDZIAK, 2001, p. 63).

Os debates necessitam serem aprofundados envolvendo aspectos sobre os direitos autorais, a propriedade intelectual e a ética na informação. É fundamental que seja reconhecida a importância do trabalho intelectual e defender os interesses, sejam eles profissionais, sociais, culturais ou pessoais. (BLATTMANN; RADOS, 2001, p. 87).

Vitorino e Piantola (2011) apresentam as dimensões técnica, estética, ética e política da Competência Informacional e afirmam que elas “constituem as bases sobre as quais se assentam tanto a informação transmitida e recebida, quanto a competência necessária para processá-la e utilizá-la de modo a agir significativamente na construção da realidade” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 108). A Figura 1 apresenta a síntese das dimensões elaboradas pelas autoras:

Figura 1 – Síntese das características das dimensões da Competência Informacional de Vitorino e Piantola (2011)

Dimensão técnica	Dimensão estética	Dimensão ética	Dimensão política
Meio de ação no contexto da informação. Consiste nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos. Ligada à ideia de que o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias.	Criatividade sensível. Capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação. Experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.	Uso responsável da informação. Visa à realização do bem comum. Relaciona-se a questões de apropriação e uso da informação, tais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.	Exercício da cidadania. Participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social. Capacidade de ver além da superfície do discurso. Considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico.

Fonte: VITORINO; PIANTOLA (2011, p. 109).

A dimensão técnica está associada “[...] à aquisição das habilidades e dos instrumentos que permitem aos indivíduos encontrarem, avaliarem e utilizarem, de modo apropriado, a informação de que se necessitam (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 102).

A dimensão estética, por sua vez, relaciona-se:

[...] à experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e a sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo. Ao imaginarmos ou criarmos relações mentais em resposta a uma informação, trazemos à consciência algo de nós mesmos, algo do fundo de nossa vida psíquica, imprimindo-lhe características pessoais, não verificáveis nem necessariamente compartilhadas pelos demais indivíduos em sociedade. (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 103-104).

Já a dimensão ética abrange o comportamento ético em relação ao uso da informação para a realização do bem comum. O indivíduo “[...] competente em informação é capaz de tomar posição, assumir uma postura crítica diante de determinadas informações, o que requer, na maioria das vezes, um julgamento de valor” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 105).

O caráter crítico que se atribui à ética:

[...] está no cerne da ideia de competência informacional, já que o indivíduo que é efetivamente competente em informação é capaz de tomar posição, assumir uma postura crítica diante de determinadas informações, o que requer, na maioria das vezes, um julgamento de valor. Praticar o comportamento ético em relação à informação significa ainda utilizá-la de modo responsável, sob a perspectiva da realização do bem comum. Com efeito, as mais recentes reflexões sobre competência informacional referem-se ao componente ético relativo à apropriação e ao uso da informação, o que inclui questões atuais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo. (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 105-106).

A dimensão política, por seu turno, está relacionada “[...] à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício dos direitos e deveres” (FARIAS; VITORINO, 2009, p. 9). A contribuição para o desenvolvimento da dimensão política se dá pela utilização dos recursos disponíveis, pela análise das situações de forma crítica, consciente e envolvida com as reais necessidades do contexto social de modo mais abrangente.

2.2 PROPRIEDADE INTELECTUAL, DIREITO AUTORAL E PLÁGIO

2.2.1 Propriedade Intelectual

Propriedade intelectual, de acordo com Barbosa (2003), na definição da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é

a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. (BARBOSA, 2003, p. 10).

A propriedade intelectual se configura, de acordo com Stim (1994, p. 3, tradução nossa) como “qualquer produto da mente humana que é protegido por lei”. Dessa forma, a propriedade intelectual se relaciona às criações da mente humana, como: obras literárias e artísticas, invenções, símbolos, imagens e desenhos utilizados na indústria ou no comércio que são protegidas por lei.

Os direitos da propriedade intelectual são subdivididos em duas ramificações que são: o direito autoral e o direito da propriedade industrial.

O direito da propriedade industrial visa proteger o que é criado pela mente humana e origina invenções e marcas que podem ser economicamente exploradas e aplicadas na indústria. A propriedade industrial, inclui as invenções (patentes); as marcas, os nomes, os desenhos e os modelos industriais e as indicações geográficas (JUNGMANN, 2010).

Já o direito autoral visa proteger as criações relacionadas às obras intelectuais (literárias, artísticas e científicas) visando assegurar ao autor a proteção de eventual uso incorreto de sua obra que possa ser efetuado por outrem (BITTAR, 2005; PIMENTA, 2005). Na definição de Souza (2005, p. 152) o direito autoral é:

um conjunto de prerrogativas, de ordem moral e patrimonial, incidentes sobre as criações da mente humana, que se manifestam nos campos intelectuais, de predominância literária, artística e científica, voltadas a despertar sentimentos e transmitir conhecimentos. (SOUZA, 2005, p. 152).

O direito autoral abrange os direitos de autor das obras literárias (como romances, poemas, peças teatrais, filmes e obras musicais), obras artísticas (como desenhos, pinturas, fotografias, esculturas e projetos arquitetônicos), os programas de computador e as obras e descobertas científicas (JUNGMANN, 2010).

Semelhantes aos direitos autorais existem os direitos conexos que “abrangem as interpretações dos artistas intérpretes e as execuções dos artistas executantes, os fonogramas e as emissões de radiodifusão” (JUNGMANN, 2010, p. 20).

A apresentação de uma obra como se fosse própria sem dar crédito ao autor original, configura-se como plágio, “[...] imitação servil, de obra artística, literária ou científica, de outrem” (CHAVES, 1983, p. 405).

2.2.2 Direito Autoral

O direito autoral surgiu para proteger os interesses do autor e de seus sucessores na utilização do seu produto intelectual, cabendo a ele autorizar ou proibir o uso como uma forma de ser reconhecido e retribuído pelo seu trabalho (MANSO, 1987).

Para Manso (1987, p. 7) o direito autoral é um “conjunto de prerrogativas de ordem patrimonial e de ordem não patrimonial atribuídas ao autor de obra intelectual que, de alguma maneira, satisfaça algum interesse cultural”.

Bittar (2005, p. 8) afirma que:

[...] o Direito de Autor ou Direito Autoral é o ramo do Direito Privado que regula as relações jurídicas, advindas da criação e da utilização econômica de obras intelectuais estéticas e compreendidas na literatura, nas artes e nas ciências. [...] As relações regidas por esse Direito nascem com a criação da obra, surgindo, do próprio ato criador, direitos respeitantes à sua face pessoal [...] e, de outro lado, com sua comunicação ao público, os direitos patrimoniais [...]

Para que o direito autoral alcançasse de forma eficaz os seus propósitos, ocorreu o fenômeno de internacionalização em busca de igualdade na proteção entre os autores de diferentes países regidos pelas leis nacionais, que apresentavam divergências entre as leis de cada país. Nesse cenário surgiram então as convenções internacionais, sendo a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 1896, a pioneira na padronização dos direitos autorais. O Brasil faz parte dessa convenção desde o ano de 1954 (MANSO, 1987). A Convenção de Berna, conforme Rosa (2014) é reconhecida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

No Brasil, desde 1898, o registro de direitos autorais é feito pela Biblioteca Nacional (BN). De acordo com as informações disponíveis no site da Biblioteca Nacional:

a doutrina do direito autoral qualifica como obra intelectual toda aquela criação intelectual que é resultante de uma criação do espírito humano (leia-se intelecto), revestindo-se de originalidade,

inventividade e caráter único e plasmada sobre um suporte material qualquer”. (BIBLIOTECA NACIONAL, [20--?b], online)

Para a Biblioteca Nacional, o direito de autor pode ser resumido da seguinte maneira:

É o direito que todo criador de uma obra intelectual tem sobre a sua criação. Esse direito personalíssimo, exclusivo do autor (art. 5.º, XXVII, da Constituição Federal), constitui-se de um direito moral (criação) e um direito patrimonial (pecuniário). Está definido por vários tratados e convenções internacionais, dentre os quais o mais significativo é a Convenção de Berna. No Brasil, a Lei n.º 9.610 de 19/02/98 regula os direitos de autor. (BIBLIOTECA NACIONAL, [20--?b], online).

O Escritório de Direitos Autorais (EDA) é a unidade da Biblioteca Nacional que é “responsável pela execução da política pública de registros e preservação da obra intelectual, conforme o estabelecido pela Lei 9610/98 (BIBLIOTECA NACIONAL, [20--?a], online).

A lei brasileira nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, é conhecida como Lei de Direito Autoral (LDA). Conforme os artigos 7º e 8º desta lei:

7º sobre que pode ser protegido pelo registro de direito autoral:
 Textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
 Conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
 Obras dramáticas e dramático-musicais;
 Obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
 Composições musicais, tenham ou não letra;
 Obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
 Obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
 Obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
 Ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
 Projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
 Adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
 Programas de computador;
 Coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

8º sobre o que não pode ser protegido pelo registro de direito autoral:
 Ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;

Esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;
Formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação e suas instruções;
Textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;
Informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;
Nomes e títulos isolados;
Aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras. (BRASIL, 1998).

O art. 5, do Título I, da lei nº 9.610/98, de Direito Autoral (BRASIL, 1998) considera: “contrafação - a reprodução não autorizada” e o art. 46, do capítulo IV, afirma que não constitui ofensa aos direitos autorais “a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra”.

2.2.3 Plágio

O termo plágio origina-se do latim *plagium* e surgiu, segundo Manso (1987), no segundo século antes de Cristo, quando se cometia o crime de furto ou sequestro de pessoas livres para fazê-las de escravas e assim vendê-las ou utilizá-las como escravas. Analogamente, o termo passou a ser utilizado nos ambientes literários quando ocorriam fraudes na apresentação de obras alheias como próprias visando reconhecimento ou premiações em concursos realizados publicamente na época (MANSO, 1987).

É importante abordar a temática do plágio no contexto acadêmico, pois esse assunto é alvo de combate e apenas as discussões e interesse em relação ao tema é que irão suscitar a real preocupação em proteger os direitos dos autores de forma eficaz. Nesse sentido, Diniz e Terra (2014, p. 17) afirmam que “o papel de estudante é o único vivido por todos nós em algum momento da carreira acadêmica, por isso uma reflexão sobre o plágio deve ser condição para a iniciação ao posto de neófito pesquisador”.

Nos estudos do campo da Ciência da Informação a temática do plágio tem sido abordada nos padrões de Competência Informacional, conforme demonstrado anteriormente.

Sobre o plágio no contexto acadêmico, Diniz e Terra (2014) ponderam que:

Há uma falsa crença de que os interditos sobre o plágio são devidamente conhecidos por todos aqueles que ingressam no ambiente acadêmico. Esse nos parece um triste equívoco – é preciso que o plágio saia do esconderijo da vergonha e assuma a cena. Talvez só assim possamos conhecer as desmotivações dos plagiadores para a criação acadêmica. (DINIZ; TERRA, 2014, p. 17).

A CAPES menciona a Propriedade Intelectual em seu primeiro documento público que aborda a temática e entende o plágio como uma violação da propriedade privada (DINIZ; TERRA, 2014).

No Código Penal brasileiro de 1940, o Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, prevê o crime de violação de direito autoral, no artigo 184 que reza: “Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa [...]” (BRASIL, 1940). Que na redação da Lei n. 10.695, de 1 de julho de 2003, passou a vigorar como:

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.

§ 3º Se a violação consistir no oferecimento ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, com intuito de lucro, direto ou indireto, sem autorização expressa, conforme o caso, do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor de fonograma, ou de quem os represente: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º não se aplica quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, nem a cópia de obra intelectual ou fonograma, em um só exemplar, para uso privado do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto. (BRASIL, 2003).

No Brasil, foi divulgado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) um conjunto de diretrizes a fim de se promover

a ética na publicação de pesquisas científicas bem como instituir parâmetros para investigar eventuais condutas impróprias (INOVAÇÃO..., 2011). As diretrizes visando a integridade na atividade científica, de acordo com o CNPq ([2011], online), são:

1. O autor deve sempre dar crédito a todas as fontes que fundamentam diretamente seu trabalho.
2. Toda citação in verbis de outro autor deve ser colocada entre aspas.
3. Quando se resume um texto alheio, o autor deve procurar reproduzir o significado exato das ideias ou fatos apresentados pelo autor original, que deve ser citado.
4. Quando em dúvida se um conceito ou fato é de conhecimento comum, não se deve deixar de fazer as citações adequadas.
5. Quando se submete um manuscrito para publicação contendo informações, conclusões ou dados que já foram disseminados de forma significativa (p.ex. apresentado em conferência, divulgado na internet), o autor deve indicar claramente aos editores e leitores a existência da divulgação prévia da informação.
6. Se os resultados de um estudo único complexo podem ser apresentados como um todo coesivo, não é considerado ético que eles sejam fragmentados em manuscritos individuais.
7. Para evitar qualquer caracterização de **autoplágio**, o uso de textos e trabalhos anteriores do próprio autor deve ser assinalado, com as devidas referências e citações.
8. O autor deve assegurar-se da correção de cada citação e que cada citação na bibliografia corresponda a uma citação no texto do manuscrito. O autor deve dar crédito também aos autores que primeiro relataram a observação ou ideia que está sendo apresentada.
9. Quando estiver descrevendo o trabalho de outros, o autor não deve confiar em resumo secundário desse trabalho, o que pode levar a uma descrição falha do trabalho citado. Sempre que possível consultar a literatura original.
10. Se um autor tiver necessidade de citar uma fonte secundária (p.ex. uma revisão) para descrever o conteúdo de uma fonte primária (p. ex. um artigo empírico de um periódico), ele deve certificar-se da sua correção e sempre indicar a fonte original da informação que está sendo relatada.
11. A inclusão intencional de referências de relevância questionável com a finalidade de manipular fatores de impacto ou aumentar a probabilidade de aceitação do manuscrito é prática eticamente inaceitável.
12. Quando for necessário utilizar informações de outra fonte, o autor deve escrever de tal modo que fique claro aos leitores quais ideias são suas e quais são oriundas das fontes consultadas.
13. O autor tem a responsabilidade ética de relatar evidências que contrariem seu ponto de vista, sempre que existirem. Ademais, as evidências usadas em apoio a suas posições devem ser metodologicamente sólidas. Quando for necessário recorrer a estudos que apresentem deficiências metodológicas, estatísticas ou outras, tais defeitos devem ser claramente apontados aos leitores.

14. O autor tem a obrigação ética de relatar todos os aspectos do estudo que possam ser importantes para a reprodutibilidade independente de sua pesquisa.

15. Qualquer alteração dos resultados iniciais obtidos, como a eliminação de discrepâncias ou o uso de métodos estatísticos alternativos, deve ser claramente descrita junto com uma justificativa racional para o emprego de tais procedimentos.

16. A inclusão de autores no manuscrito deve ser discutida antes de começar a colaboração e deve se fundamentar em orientações já estabelecidas, tais como as do International Committee of Medical Journal Editors. Somente as pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho merecem autoria em um manuscrito. Por contribuição significativa entende-se realização de experimentos, participação na elaboração do planejamento experimental, análise de resultados ou elaboração do corpo do manuscrito. Empréstimo de equipamentos, obtenção de financiamento ou supervisão geral, por si só não justificam a inclusão de novos autores, que devem ser objeto de agradecimento.

17. A colaboração entre docentes e estudantes deve seguir os mesmos critérios. Os supervisores devem cuidar para que não se incluam na autoria estudantes com pequena ou nenhuma contribuição nem excluir aqueles que efetivamente participaram do trabalho. Autoria fantasma em Ciência é eticamente inaceitável.

18. Todos os autores de um trabalho são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho, cabendo ao primeiro autor e ao autor correspondente responsabilidade integral, e aos demais autores responsabilidade pelas suas contribuições individuais.

19. Os autores devem ser capazes de descrever, quando solicitados, a sua contribuição pessoal ao trabalho.

20. Todo trabalho de pesquisa deve ser conduzido dentro de padrões éticos na sua execução, seja com animais ou com seres humanos. (CNPq, [2011], online, grifo nosso).

De acordo com o “Código de boas práticas científicas” da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2014) as más condutas científicas graves mais recorrentes são:

(a) A fabricação, ou afirmação de que foram obtidos ou conduzidos dados, procedimentos ou resultados que realmente não o foram;

(b) A falsificação, ou apresentação de dados, procedimentos ou resultados de pesquisa de maneira relevantemente modificada, imprecisa ou incompleta, a ponto de poder interferir na avaliação do peso científico que realmente conferem às conclusões que deles se extraem;

(c) O **plágio**, ou a utilização de ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outrem sem dar-lhe por elas, expressa e claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria. (FAPESP, 2014, p. 31, grifo nosso).

Kirkpatrick (2001, p. 1) define o ato de plagiar como:

[...] apresentar como seu o trabalho de alguma outra pessoa. Algumas vezes, a linha divisória entre tomar emprestado e roubar não é conhecida com clareza. Em uma comunidade intelectual, ideias circulam livremente. A maioria das investigações intelectuais não poderia ocorrer sem empréstimos dos trabalhos de outros. Escritores honestos e responsáveis indicam seus débitos para com outros ao fazer clara referência ao material tomado emprestado. Escritores desonestos ou irresponsáveis frequentemente deixam de fazer referência aos seus empréstimos e, portanto, tornam-se culpados de plágio.

Kirkpatrick (2001) também enfatiza algumas palavras importantes para se evitar o plágio, que são: citação, paráfrase, resumo e referência e coloca a definição de cada uma delas, da seguinte forma:

- Citação: uma cópia de cada palavra escrita pelo autor e quando utilizada devem ser empregados alguns recursos como aspas, para citações curtas, ou seja, com menos de três linhas ou recuo do texto principal, para citações longas, quando ultrapassarem as três linhas, fazendo-se também a referência da fonte no próprio texto ou como nota de rodapé.
- Paráfrase: reformular com as próprias palavras o que foi escrito pelo autor demonstrando compreensão sobre o material lido e também fazendo a referência da fonte, pois o ato de reformular uma frase não te dá o direito de tomá-la como sua.
- Resumo: parecido com a paráfrase por ser estruturado com as próprias palavras, porém sem tanta proximidade com a fonte quanto ocorre na paráfrase. O resumo também requer a referência da fonte que foi resumida.
- Referência: identificação da fonte do resumo, da paráfrase ou da citação. Para se fazer uma referência são empregados métodos e técnicas de elaboração, muitas vezes encontrados em manuais de normalização ou normas pré-estabelecidas por órgãos competentes. As citações, geralmente, aparecem numericamente ou entre parêntesis no texto e possuem uma entrada bibliográfica na lista de referências. (KIRKPATRICK, 2001).

O autor também destaca quatro modalidades de plágio que são:

1. Plágio Direto: Consiste em copiar uma fonte palavra por palavra sem indicar que é uma citação e sem fazer referência ao autor.

2. Tomar emprestado o trabalho de outros estudantes: Dormitórios, repúblicas e fraternidades proveem atmosferas propícias para o empréstimo de textos. Não há nada errado em estudantes ajudarem uns aos outros ou trocarem informações. Mas você deve escrever seus próprios textos. Apresentando um texto que alguma outra pessoa escreveu é um caso especial de plágio direto.

3. Referência Vaga ou Incorreta: Um escritor deve indicar onde um empréstimo começa e termina. Algumas vezes, um escritor faz referência a uma fonte uma vez, e o leitor presume que as sentenças anteriores ou parágrafos tenham sido parafraseados quando na verdade a maior parte do texto é uma paráfrase desta única fonte. O escritor falhou na indicação clara dos seus empréstimos. Paráfrases e resumos devem ter seus limites indicados por referências — no começo com o nome do autor, no fim com referência entre parêntesis. O escritor deve sempre indicar quando uma paráfrase, resumo ou citação começa, termina ou é interrompida.

4. Plágio Mosaico: esse é o tipo de plágio mais comum. O Escritor não faz uma cópia da fonte diretamente, mas muda umas poucas palavras em cada sentença ou levemente reformula um parágrafo, sem dar crédito ao autor original. Esses parágrafos ou sentenças não são citações, mas estão tão próximas de ser citações que eles deveriam ter sido citados ou, se eles foram modificados o bastante para serem classificados como paráfrases, deveria ter sido feito referência à fonte. (KIRKPATRICK, 2001, p. 2, grifos do autor).

Ken Kirkpatrick (2001) enquadra os estudantes que plagiam em duas categorias, a primeira é composta por aqueles que cometem plágio por terem dificuldades em desenvolver a escrita por falta de instrução de redação ou por falta de familiaridade com o idioma, e quando recebem notas baixas eles se frustram e acabam cometendo plágio, entregando textos com pequenas modificações (plágio mosaico) como se tivessem escritos inteiramente por eles. Nesse caso, o autor indica que os estudantes busquem a ajuda do professor, do Centro de Redação ou de algum conselheiro que possa orientá-lo com as possíveis dificuldades de aprendizado e até mesmo com as questões psicológicas que envolvem o medo, o estresse e a frustração. A segunda categoria é composta por estudantes que são “tentados” a plagiar por quererem melhores notas ou por não quererem se atrasar na entrega das avaliações por falta de tempo de elaborarem um texto próprio. Ele indica para casos como esses que os alunos procurem ajuda do professor ou um conselheiro acadêmico para ajustar os prazos para a entrega dos trabalhos (KIRKPATRICK, 2001).

Também são descritas no texto do autor, algumas maneiras de se evitar o plágio, que são:

Reserve muito tempo para pesquisar e escrever seu texto; quando para escrever um texto você precisar consultar outras fontes bibliográficas, dê a si próprio tempo suficiente para digerir a pesquisa; tome notas cuidadosamente durante a pesquisa, incluindo referências bibliográficas completas; transforme num hábito colocar entre parêntesis referências para todas as fontes de onde você fez empréstimos em cada versão que você escreve; enquanto faz sua pesquisa e escreve seu texto, mantenha à mão um bom guia de documentação; confie em você mesmo; saiba onde conseguir ajuda (KIRKPATRICK, 2001, p. 4).

Para auxiliar na detecção de plágios também existem alguns softwares disponíveis no mercado, dentre eles: o Farejador de Plágios 11.2, o Turnitin, Etblast, o ViperCopytracker, o Plagius - Detector de Plágio 2.1.0, o Ephorus e o Plagiarism Detector (VALENTIM, 2014).

Com base nesse conjunto conceitual, o Quadro 4 foi elaborado a partir de uma pesquisa no portal de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando o termo de busca “plágio” e filtrando a pesquisa pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para levantar os dados sobre os estudos realizados com essa temática na área, no Brasil.

Quadro 4 – Dissertações e Teses que abordam o plágio nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no site da CAPES

(continua)

	Título	Autor	Programa de Ciência da Informação	Tipo	Ano da defesa
1	Análise de instrumentos de avaliação da competência informacional voltados para a educação superior	Camila Araújo dos SANTOS	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Marília	Dissertação	2011
2	Competência informacional jurídica e as habilidades em pesquisa	Antonio Edilberto Costa SANTIAGO	Universidade Federal da Bahia – UFBA	Dissertação	2012
3	A dimensão ética da competência em informação	Eliane PELLEGRINI	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Dissertação	2016

Quadro 4 – Dissertações e Teses que abordam o plágio nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no site da CAPES

(conclusão)

	Título	Autor	Programa de Ciência da Informação	Tipo	Ano da defesa
4	Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico	Ana Paula Meneses ALVES	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Marília	Tese	2016
5	Revisão por pares e tecnologias eletrônicas: perspectivas paradigmáticas nos procedimentos da comunicação científica	Sergio Franklin Ribeiro da SILVA	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Tese	2016
6	Práticas de má conduta na comunicação científica e o fluxo editorial: um estudo com editores de revistas científicas Scielo	Edilson DAMÁSIO	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Tese	2017

Fonte: Elaboração própria a partir do site da CAPES ([2018]).

Os trabalhos listados no Quadro 4 apresentam em sua maioria a abordagem do plágio em discussões gerais sobre o uso ético da informação, e, no que diz respeito à formação do profissional bibliotecário, a dissertação de Pellegrini (2016) e a tese de Alves (2016) confirmam a relevância de se abordar essa temática para o desempenho adequado das atividades desses profissionais. Nesse sentido, o presente estudo poderá colaborar com a prática profissional dos estudantes tornando fundamental investigar a percepção que eles possuem sobre o plágio, por inserir a discussão no ambiente acadêmico, ou seja, durante o processo de formação dos futuros profissionais bibliotecários.

Como já foi mencionado, o indivíduo competente no uso da informação, além de possuir conhecimentos, habilidades e atitudes no uso da informação, também é capaz de identificar as fontes e utilizá-las de forma ética e legal (ALA, 1989).

Identificar a Competência Informacional em sua dimensão ética agrega valores que contribuem com o reconhecimento do direito autoral e com a importância da produção do conhecimento para o avanço científico e tecnológico, pois a citação da fonte também é uma maneira de se viabilizar o acesso e de se identificar com maior facilidade o “estado da arte” de determinado tema diante da contínua e crescente produção de informações.

Alves, Casarin e Fernández-Molina (2016) no artigo intitulado “Uso ético da informação e o combate ao plágio” ressaltam a importância de se promover a dimensão ética da Competência Informacional para se combater a prática do plágio pela comunidade acadêmica:

[...] A discussão a respeito de direitos autorais e honestidade acadêmica aglutina-se quando se trata de plágio, pois a atitude do plagiário se manifesta no desrespeito aos direitos morais e no comportamento desonesto. Uma das formas de enfrentamento que contempla esses dois aspectos é a preparação dos indivíduos para o uso ético da informação. Essa preparação pode ser feita por meio de processos educativos que promovam o desenvolvimento da Competência Informacional, em especial a dimensão ética. (ALVES; CASARIN; FERNANDÉZ-MOLINA, 2016, p. 116-117).

Questões como: o estudante ingressa na universidade com alguma noção sobre o plágio ou essa percepção é somente inserida após o seu ingresso? a universidade possui alguma ação nesse sentido? o estudante considera importante saber reconhecer ou evitar o plágio ao desenvolver um texto acadêmico? são algumas indagações que devem ser levantadas como uma maneira de se levar essa reflexão para dentro do ambiente acadêmico e de provocar na comunidade acadêmica um alerta sobre a relevância da prática da pesquisa de forma ética e responsável.

Levando-se em consideração a atualidade e a pertinência do tema, buscou-se com o presente trabalho investigar a percepção dos estudantes em relação ao plágio no contexto da Competência Informacional considerando-se o uso ético da informação na produção acadêmica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção da dissertação, pretendemos versar tanto sobre a natureza da abordagem metodológica adotada, e as características desta abordagem, quanto sobre as etapas metodológicas seguidas.

A pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, sendo que, de acordo com Minayo e Sanches (1993), não existe uma contradição em misturar tais abordagens. Esses autores (1993, p. 247) comparam os dois tipos de abordagem, afirmando que, no caso da qualitativa, esta “atua em níveis da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos”, além de “trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247). Por outro lado, a pesquisa quantitativa, segundo Minayo e Sanches (1993, p.247), seria aquela que: “trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões”, além de “aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Deste modo, por abranger na coleta dados qualitativos e quantitativos, e por analisá-los predominantemente de forma qualitativa, o estudo caracteriza-se pelo método denominado por Creswell (2007) como misto, com o intuito de assegurar uma melhor compreensão do problema de pesquisa.

Vale ressaltar a importância de se utilizar as abordagens quantitativa e qualitativa para o alcance dos objetivos propostos, tendo em vista que obtivemos dados quantificáveis que foram organizados de modo a serem relacionados e analisados quanti e qualitativamente para melhor se compreender o tema estudado.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória. Segundo Piovesan e Temporini (1995, p. 321), “a pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere”. A pesquisa exploratória propicia uma visão geral sobre o fato estudado e objetiva “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

A pesquisa de *survey* caracteriza-se pela procura direta, com um grupo de interesse, pelas informações que o pesquisador quer alcançar (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Babbie (1990) e Dillman (2007) (*apud* HANK; JORDAN;

WILDEMUTH, 2009, p. 256) observam que a pesquisa de *survey* permite a coleta de uma variedade de dados, incluindo as crenças, opiniões, atributos e comportamentos dos respondentes. No presente estudo, para se alcançar tais informações, optou-se pela aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas. As questões abertas servem para que o respondente descreva a sua própria resposta, as questões fechadas apontam as respostas em uma lista para que o respondente escolha a sua resposta dentre as alternativas apresentadas (GIL, 2008). Outra modalidade de questões utilizadas mescla as questões abertas e fechadas, denominando-se mistas, nas quais “dentro de uma lista predeterminada, há um item aberto, por exemplo, “outros”” (CRESWELL, 2007, p. 70). A aplicação do questionário, como instrumento de coleta de dados, permite o levantamento de respostas quantificáveis, cujos dados são organizados de acordo com as variáveis utilizadas no trabalho de pesquisa (FRÖHLICH; DORNELES, 2011).

Gil (2008, p. 121) afirma que o questionário é a “tradução dos objetivos da pesquisa em questões específicas” e ressalta que as respostas das questões:

[...] é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. Assim, a construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário.

Foi aplicado um questionário com uma questão fechada, nove questões mistas e uma questão aberta aos alunos do primeiro e quinto semestres dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) e de Ciências Biológicas, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, com o intuito de explorar aspectos relacionados ao conhecimento dos alunos sobre plágio.

A análise quantitativa foi aplicada por estatística simples utilizando-se da soma de respostas e de porcentagens das mesmas sobre as questões fechadas e para a análise da questão aberta, foi aplicada a Análise de Conteúdo (AC). Para Campos (2004, p. 611) “um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento”.

Richardson (2007) configura que toda comunicação que transfere significados de um emissor a um receptor pode ser objeto da Análise de Conteúdo.

A interpretação da AC pode ser tanto qualitativa quanto quantitativa, trabalhando com o conteúdo dos textos produzidos visando compreender o pensamento do sujeito pelo conteúdo expresso no texto, estabelecendo categorias para a sua interpretação (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Para Bardin (2011, p. 48) a Análise de Conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Bardin (2011) também associa às “condições de produção/recepção” as “variáveis psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação de comunicação ou do contexto de produção da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 48). Sendo assim, essa técnica de análise se dá pela inferência embasada em indicadores – que podem ou não serem quantitativos – pela qual a pessoa que faz a análise coloca em evidência os índices que a levarão a conhecer o conteúdo obtido nas mensagens produzidas:

Desta forma, podemos caracterizar as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre os temas propostos. (CAMPOS, 2004, p. 614).

O questionário foi formulado pela pesquisadora tendo como base o aporte teórico e os objetivos do presente estudo, além de pesquisas semelhantes, como por exemplo, a pesquisa realizada em 2018 pela Unicamp (BASSETE, 2018).

Inicialmente, o questionário foi elaborado em arquivo *Microsoft Word* para ser impresso e aplicado presencialmente, em sala de aula. Devido à extensão do questionário, optamos pela prática sustentável de se evitar o desperdício de papel e transferimos as questões para o formulário *Google Forms*². Dessa forma, utilizamos um serviço *online* e gratuito para a aplicação do instrumento de pesquisa. A utilização deste serviço também auxiliou subsequentemente na organização de

² <forms.google.com>. Acesso em: 22 mar. 2019.

dados, pois as respostas são transferidas automaticamente para uma planilha do *Microsoft Excel*, além de serem gerados gráficos representando as respostas dadas às questões. Contudo, os gráficos gerados automaticamente não foram utilizados na análise dos resultados e os dados fornecidos na tabela Excel foram reorganizados e trabalhados manualmente para melhor representação das respostas.

Para facilitar o acesso pelos respondentes, utilizamos a versão web do encurtador de endereços eletrônicos: *Bit.ly*³, para encurtar o endereço do site de acesso ao questionário fornecido pelo *Google Forms*, gerando o *link* que foi nomeado pela pesquisadora de: *bit.ly/questplagio*.

O pré-teste do questionário ocorreu no dia 11 de abril de 2019 na disciplina de “Administração de Empresas I”. Aplicamos o pré-teste em 17 pessoas matriculadas na referida disciplina que pertence ao Departamento de Ciência da Informação (DCI), mas que também é ofertada para outros departamentos, por podermos contar assim, com a opinião de alunos de diferentes cursos e períodos da graduação, no caso: Biblioteconomia (quinto período); Ciências Sociais (sétimo período); Computação (quinto; sétimo e nono períodos); Engenharia Elétrica (décimo terceiro período); Estatística (primeiro, terceiro e sétimo períodos) e Psicologia (sétimo período).

Na versão do pré-teste, o questionário apresentava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) acoplado ao questionário e dava as opções de se concordar, ou não, com a participação na pesquisa, porém a abertura do questionário ocorria apenas após a navegação por 4 (quatro) telas anteriores ao início das perguntas do questionário. Paradoxalmente, a ênfase dada ao TCLE causou uma demora nas respostas e um desconforto nos respondentes, decorrido da obrigatoriedade gerada em se ler o termo e se clicar nos aceites presentes nas quatro telas iniciais e anteriores ao começo das perguntas do questionário. Resolvemos esse fato, inserindo um link de acesso ao TCLE na íntegra para que o respondente abrisse o termo em uma nova tela e pudesse acessá-lo com maior rapidez e menos desgaste decorrente da demora na abertura do instrumento de pesquisa.

Não nos aprofundamos na análise das respostas obtidas no pré-teste, pois a aplicação foi feita apenas com a intenção de se adequar e corrigir possíveis falhas

³ <<https://app.bitly.com>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

no questionário. Desta forma, após a alteração feita com o intuito de motivar a participação dos alunos, o questionário ajustado ficou pronto para ser aplicado.

Ressalta-se que, antes da aplicação do pré-teste, o questionário foi avaliado por uma pesquisadora da área de Ciência da Informação que também contribuiu com sugestões para melhoria e adequação do nosso instrumento de coleta.

A versão final do questionário foi aplicada em 178 alunos. A escolha dos participantes da pesquisa foi feita de forma intencional, levando-se em consideração que os alunos de Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação serão formados como profissionais bibliotecários, inferindo-se que estes adquirem conhecimentos referentes à Competência Informacional ao longo de sua formação acadêmica. Neste sentido, revela-se um importante nicho para se aferir a percepção sobre o uso ético da informação. Já os alunos do curso de Ciências Biológicas foram escolhidos por se tratar de um curso pertencente a outra área de conhecimento, e, por isso mesmo, distanciado da formação teórica em Competência Informacional. Neste sentido, revela-se uma possibilidade de verificar essa mesma temática no campo acadêmico em área distinta da Ciência da Informação, porque o uso ético da informação deve se fazer presente em toda a dimensão formativa acadêmica, independentemente do campo de conhecimento. Ademais, isso também nos permitiu comparar os resultados obtidos entre estudantes de dois cursos que formam profissionais em duas áreas distintas, possibilitando aferir-se a profundidade da percepção dos estudantes acerca do plágio, em razão das próprias áreas de formação.

A escolha de aplicação do questionário nos alunos do curso de Ciências Biológicas também se deu pelo fato de o Departamento de Ciência da Informação (DCI) oferecer disciplinas nesse curso.

A versão final do questionário foi aplicada entre os dias 15 de abril de 2019 e 3 de junho de 2019. O questionário foi elaborado para ser aplicado *online*, em sala de aula, com a presença da pesquisadora. Para tanto, foram visitadas quatro salas de aula, onde foi informado o link de acesso ao questionário e aguardada a coleta das respostas, presencialmente, pela pesquisadora. A maioria das salas de aula visitadas contavam com computadores com acesso à internet, pois eram ministradas em laboratórios de informática, sendo que em apenas uma delas os alunos não tinham aula em laboratórios de informática e o questionário foi respondido em dispositivos eletrônicos móveis e computadores portáteis conectados na internet.

A aplicação ocorreu no primeiro semestre do ano, portanto foi necessária uma adequação dos participantes que passou a ser do sexto para o quinto período, tendo em vista que no sétimo período, por ser o penúltimo semestre dos cursos pesquisados, os estudantes se encontrariam mais dispersos, fato esse que dificultaria o contato para a aplicação do questionário em sala de aula.

Para atingir o maior número de participantes possível, levando-se em consideração a possível ausência de alguns alunos em sala de aula no momento da aplicação do questionário, enviamos no dia 30/05/2019 um e-mail aos alunos, reforçando o convite a participar aos que ainda não haviam respondido.

Também aproveitamos esse momento de envio dos e-mails para entrarmos em contato com os alunos do primeiro e quinto períodos do curso de Computação, convidando-os a participar, para que pudéssemos ter mais um comparativo de respostas de um curso de uma área diferente das áreas escolhidas inicialmente e que também possuía disciplinas oferecidas pelo DCI.

Para isso, entramos em contato com a secretaria do curso no dia 29/05/2019 e enviamos um e-mail com o link do questionário ao secretário que se disponibilizou a repassá-lo aos alunos da lista de matriculados e divulgar na rede social na página de um grupo composto apenas por alunos do curso de Computação. Na ocasião a pesquisadora foi informada pela secretaria do curso que os alunos do quinto período encontravam-se mais dispersos e que o envio on-line do questionário seria a maneira mais precisa de encontrá-los e que os alunos do primeiro período encontravam-se naquele momento em sala de aula.

Então, a pesquisadora visitou as salas de aula dos primeiros períodos do curso de Computação e conversou com os alunos sobre a pesquisa, avisando que seria enviado um e-mail pela secretaria do curso com o link do questionário para que eles respondessem e desta forma, colaborassem com a pesquisa.

Devido ao baixo número de respostas obtidas nesse intento (dez respondentes do primeiro período e apenas três respondentes do quinto período) e a falta de tempo hábil para se aplicar o questionário presencialmente, tendo em vista que a pesquisadora foi informada pela secretaria que o modo mais abrangente de divulgação para o quinto período seria *online*, decidimos descartar essa possibilidade e seguir a pesquisa apenas com os alunos de graduação do primeiro e quinto períodos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação e de Ciências Biológicas.

O envio dos e-mails e a tentativa de alcançar mais participantes foi importante para que pudéssemos validar a ação da aplicação do questionário, com a presença da pesquisadora em sala de aula, mesmo que em formato on-line, pois notamos com essa ação que a maioria das respostas ocorreram na aplicação *in loco*.

Ao todo foram respondidos 99 questionários pelos alunos dos cursos de graduação de Biblioteconomia e de Ciências Biológicas, cujas respostas serão discutidas e analisadas na seção Resultados e Discussões desta dissertação.

A porcentagem de respondentes do questionário aplicado foi de 56% conforme apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Porcentagem de participantes

Curso/período	Total de Alunos	Respondentes	Porcentagem
Biblioteconomia - 1º período	52	29	56%
Biblioteconomia - 5º período	39	27	69%
Ciências Biológicas - 1º período	37	21	57%
Ciências Biológicas - 5º período	50	22	44%
Total	178	99	56%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos das secretarias dos cursos, das listas de presença e da própria pesquisa.

As disciplinas nas quais ocorreram a aplicação dos questionários, em sala de aula, foram:

- ✓ **Biblioteconomia – 1º período:** Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação;
- ✓ **Biblioteconomia – 5º período:** Catalogação III;
- ✓ **Ciências Biológicas – 1º período:** Pesquisa Bibliográfica;
- ✓ **Ciências Biológicas – 5º período:** Invertebrados I.

A única disciplina ministrada em sala de aula, fora do laboratório de informática, foi a disciplina de Invertebrados I.

O modo censitário de aplicação do questionário nos levou a contar com uma amostra não probabilística por conveniência (OCHOA, 2015; PRODANOV; FREITAS, 2013), tendo em vista que o número total de participantes se restringiu apenas aos que estavam presentes em sala de aula na data da aplicação e se estendeu, via e-mail, apenas aos que estavam matriculados nas mesmas disciplinas em que ocorreu a aplicação presencial.

Segue, no Quadro 5 a seguir, uma esquematização das etapas metodológicas desta pesquisa.

Quadro 5 - Etapas metodológicas

Contextualização	Levantamento bibliográfico envolvendo os temas da pesquisa: competência informacional, direito autoral e plágio que serviram de base para a discussão dos resultados.
Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos	Foram elaborados os documentos necessários para apresentação e apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que aprovou a pesquisa sob o número do Parecer: 3.382.979 (ANEXO A). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se no APÊNDICE B deste trabalho.
Instrumento de coleta de dados	Optou-se pela aplicação de questionário (APÊNDICE A) por se configurar em uma técnica padronizada de coleta de dados que possibilita a obtenção de uma grande quantidade de dados em um curto período de tempo possibilitando obter as informações necessárias sobre o conhecimento do respondente (GIL, 2008). Vale ressaltar que antes da aplicação dos questionários foram feitos pré-testes com o intuito de se efetuar os ajustes necessários para a adequação do instrumento de coleta de dados. Os pré-testes foram efetuados pessoalmente, em sala de aula, em uma turma de alunos de graduação, de distintos cursos e diferentes períodos.
Coleta de dados	A aplicação foi feita pessoalmente pela pesquisadora em dias e horários mais adequados para não prejudicar o andamento das aulas dos alunos respondentes.
Análise de conteúdo	Para as questões abertas foram feitos indicadores para a produção de inferências (BARDIN, 2011) de forma a se produzir dados padronizados para a análise dos resultados. Para isso, utilizamos a nuvem de tags do Microsoft PowerPoint, para a indicação das palavras mais utilizadas pelos respondentes da questão aberta.
Análise dos resultados	Os resultados foram analisados de forma quanti e qualitativa de acordo com as respostas obtidas no questionário aplicado.

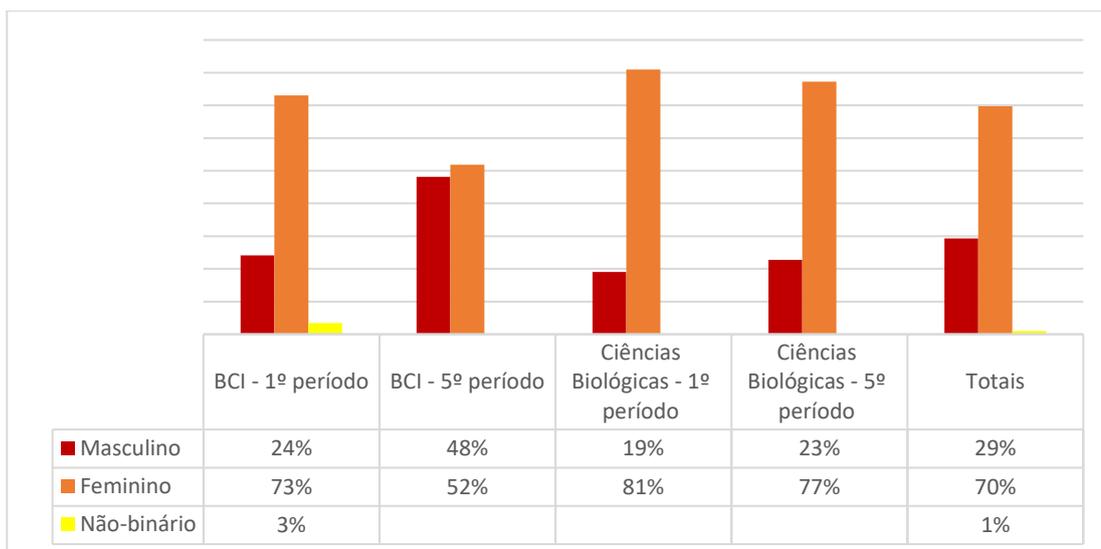
Fonte: Elaboração própria.

Coletadas as respostas e trabalhados os dados, partiu-se para a análise dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os gráficos 1 e 2 mostram as características da população estudada que demonstrou a predominância do sexo feminino (70% contra 29% do sexo masculino e 1% não-binário) e a maioria (31%) com idade entre 21 a 30 anos.

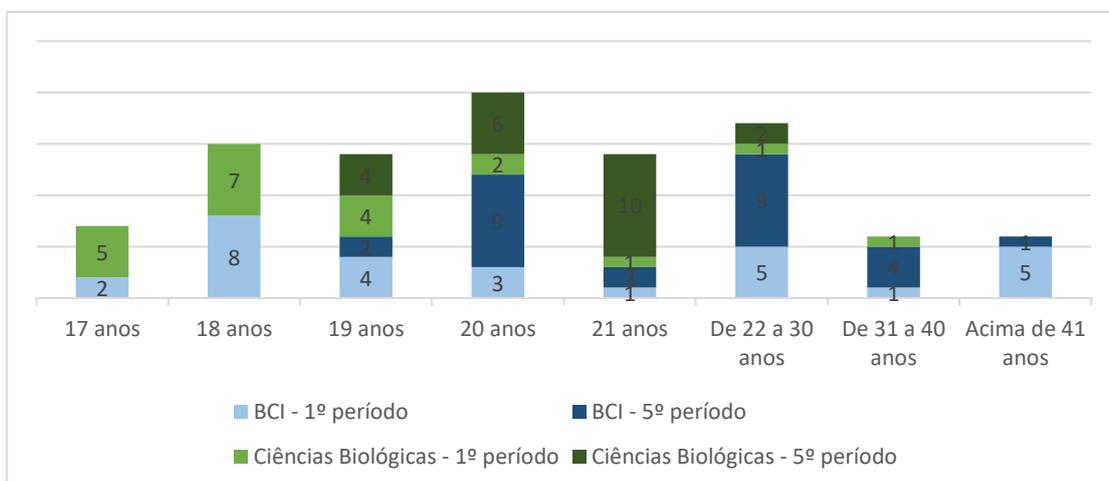
Gráfico 1 – Caracterização dos respondentes por gênero



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se pelo Gráfico 1 que, entre os primeiro e quinto períodos, apenas no quinto período do curso de BCI houve um maior equilíbrio na proporção de respondentes do sexo feminino e masculino (com 52% de respondentes do sexo feminino contra 48% do sexo masculino). No restante, a preponderância do sexo feminino foi mais marcante.

Gráfico 2 – Caracterização dos respondentes por idade



Fonte: Elaboração própria.

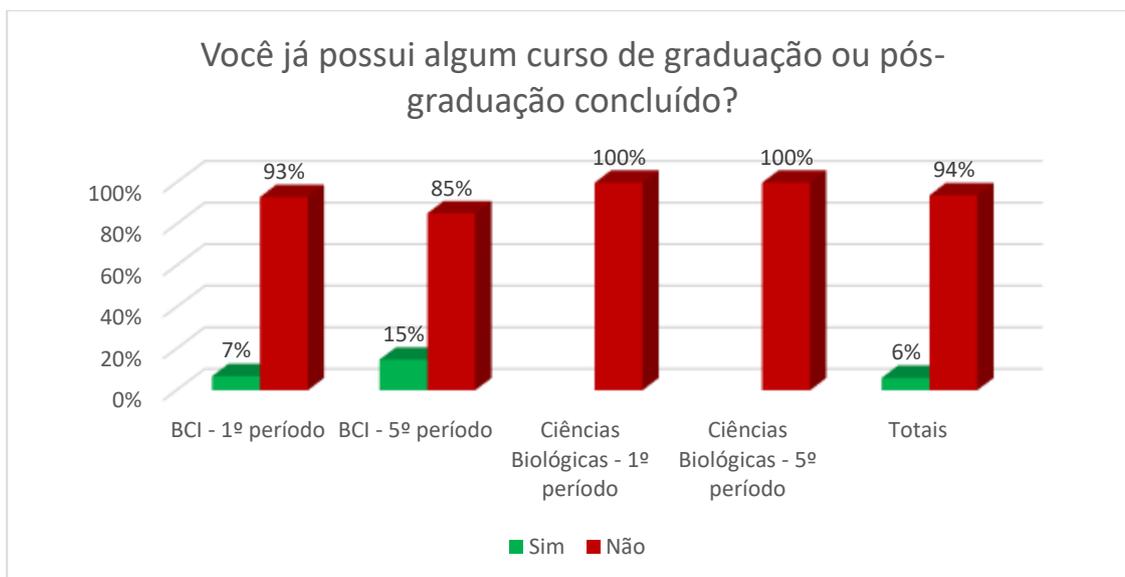
No Gráfico 2, observamos que no curso de BCI os respondentes do primeiro período concentraram-se na faixa etária de 18 e acima de 22 anos. Já no quinto período de BCI a faixa etária com maior número de respondentes foi de 20 anos e acima de 22 anos.

No curso de Ciências Biológicas, por sua vez, houve maior concentração de respondentes do primeiro período, na faixa etária de 17 e 18 anos e no quinto período na faixa etária de 20 e 21 anos.

Notamos que no curso de BCI a soma de respondentes do primeiro período entre 22 a 30 anos e acima de 41 anos é igual à soma de alunos que possuem 17 e 18 anos e no quinto período também é possível observar esse equilíbrio entre a soma dos respondentes de 19 até 21 anos e dos respondentes de 22 até acima de 41 anos. Já no curso de Ciências Biológicas a faixa etária dos respondentes se concentrou no primeiro período na faixa etária de 17 a 19 anos e no quinto de 19 a 21 anos. Contudo, comparando-se a distribuição das idades entre os respondentes dos dois cursos, o maior equilíbrio entre as idades dos respondentes, ocorreu entre os primeiros períodos na faixa etária de 18 anos e entre os quintos períodos na faixa etária de 20 anos.

Ainda caracterizando a população, foi perguntado se o respondente já possuía algum curso de graduação ou pós-graduação concluído e a maioria (94% do total de respondentes dos dois cursos) está cursando a primeira graduação, sendo que apenas no curso de Biblioteconomia (6% do total de respondentes, somando-se os dois cursos) encontraram-se algumas pessoas com uma formação anterior. No curso de BCI, 7% (dois respondentes) do total do primeiro período e 15% (quatro respondentes) do total do quinto período, possuíam uma formação anterior. Já no curso de Ciências Biológicas, todos os respondentes (100% dos primeiro e quinto períodos de Ciências Biológicas) estão cursando a primeira graduação, conforme representado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Caracterização dos respondentes por formação



Fonte: Elaboração própria.

Com o intuito de saber qual a área de formação dos respondentes foi questionado na opção (a) qual curso? e na opção (b) em qual universidade? As respostas estão apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 1 opções (a) e (b), por curso/período

Curso/período	(a) Qual curso?	(b) Em qual universidade? (nome, estado e país da universidade em que você estudou)
BCI - 1º período	Química; Pedagogia e Especialização em Ensino de Autistas	Unesp e Uninove
	Letras	Unesp - campus de Araraquara, SP Brasil
BCI - 5º período	Letras	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Araraquara/SP
	Filosofia	Universidade Federal de São Paulo
	Licenciatura em Química; Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Pesquisa e Docência para o Ensino Superior	USP São Carlos - SP/ UNIMES Santos - SP – Brasil
	Licenciatura em Educação Física	Universidade Paulista (UNIP) - Ribeirão Preto

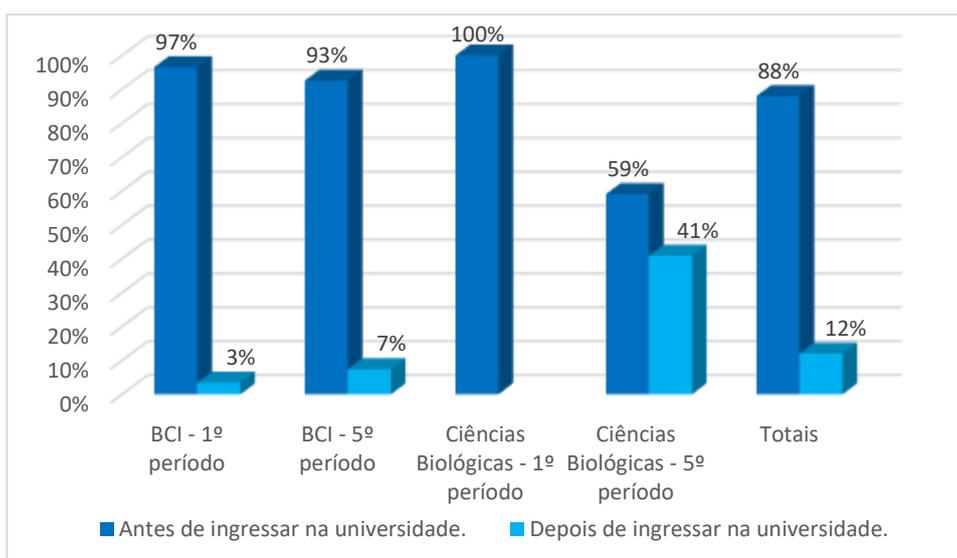
Fonte: Elaboração própria.

Notamos que a formação anterior em Letras e em Pedagogia aparece tanto no primeiro quanto no quinto período de BCI. O fato de não haver nenhum respondente do curso de Ciências Biológicas com formação anterior pode estar relacionado ao motivo de que o curso de BCI foi o curso com maior número de respondentes com a faixa etária acima de 22 anos. Além disso, o curso de BCI é

oferecido no período noturno, possibilitando que o aluno realize uma atividade profissional, que pode estar relacionada à uma graduação anterior, durante o dia e curse uma segunda graduação durante a noite. Notamos também que todas as formações anteriores citadas ocorreram em território nacional.

Foi indagado na segunda questão se o aluno já havia ouvido falar sobre plágio antes ou depois de ingressar na universidade ou se não ou nunca ouviu falar sobre o tema. A maioria (88% do total de respondentes) respondeu que, “sim, antes de ingressar na universidade” e 12% do total de respondentes, respondeu que, “sim, depois de ingressar na universidade”. Ninguém respondeu que “não” ou optou por responder algo diferente na alternativa “outros”. O Gráfico 4 mostra a porcentagem das respostas por curso/período pesquisado.

Gráfico 4 – Questão 2 Você já ouviu falar sobre plágio?



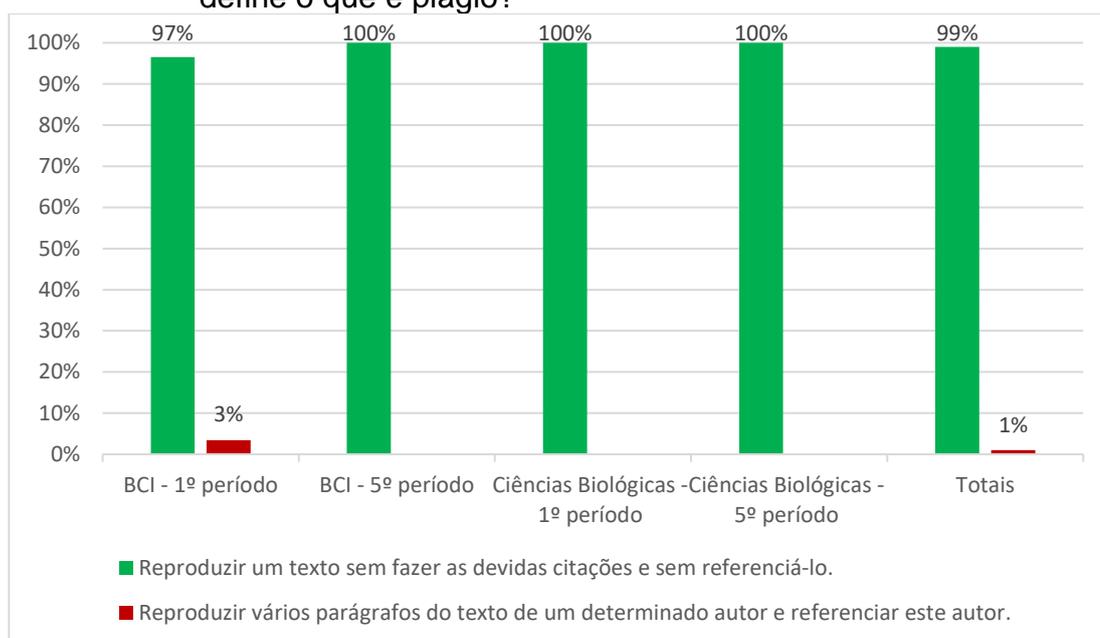
Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que apenas no quinto período do curso de Ciências Biológicas houve um maior número de respondentes que só ouviram falar sobre plágio depois de ingressarem na universidade e que no primeiro período do mesmo curso todos os respondentes afirmaram terem ouvido falar sobre plágio antes do ingresso na universidade. Já no curso de BCI em ambos os períodos, mais de 90% dos respondentes afirmaram ter ouvido falar sobre plágio antes de ingressarem na universidade. Tendo em vista que, apenas no curso de BCI haviam respondentes com formações anteriores, podemos inferir que esse fato não causou um impacto nas respostas, pois no curso de Ciências Biológicas todos os respondentes afirmaram que estão cursando a primeira graduação. Porém, se compararmos

apenas os respondentes do curso de Ciências Biológicas notamos que pouco menos da metade dos alunos do quinto período (41%) só ouviram falar sobre plágio depois que ingressaram na instituição onde estão cursando a primeira graduação.

Ao serem questionados sobre a opção que melhor define o que seria plágio, quase todos os alunos (99%) escolheram a alternativa correta, no caso, “Reproduzir um texto sem fazer as devidas citações e sem referenciá-lo”. Apenas 1% escolheu a alternativa “Reproduzir vários parágrafos do texto de um determinado autor e referenciar este autor”. E nenhum aluno escolheu as alternativas “Transcrever um texto com suas próprias palavras fazendo a citação e a referência” e “Escrever um texto utilizando a ideia de vários autores e citar as fontes”. Infere-se pois, que os respondentes de ambos os cursos e períodos pesquisados demonstram um bom discernimento sobre a definição do plágio, conforme representado no Gráfico 5.

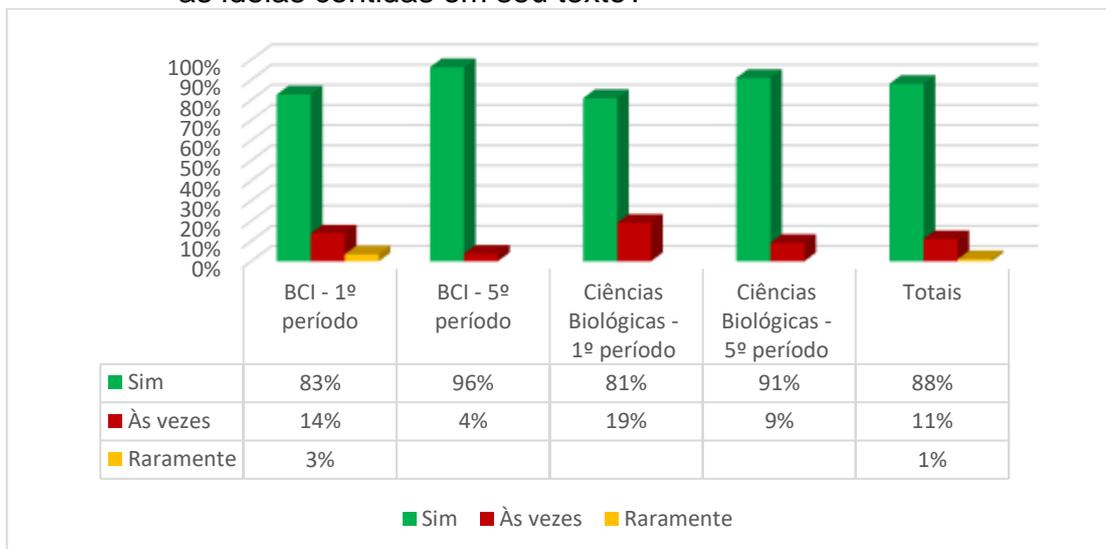
Gráfico 5 – Questão 3 Na sua opinião, qual das alternativas abaixo melhor define o que é plágio?



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a citação das fontes de onde foram retiradas as ideias contidas nos textos elaborados pelos respondentes, foi possível observar nas respostas que 88% do total de respondentes costumam citar as fontes, seguido de 11% que respondeu que cita às vezes e apenas 1% que afirmou citar raramente. No Gráfico 6 está representado o percentual de respostas por curso/período pesquisado.

Gráfico 6 – Questão 4 Você costuma citar as fontes de onde foram retiradas as ideias contidas em seu texto?

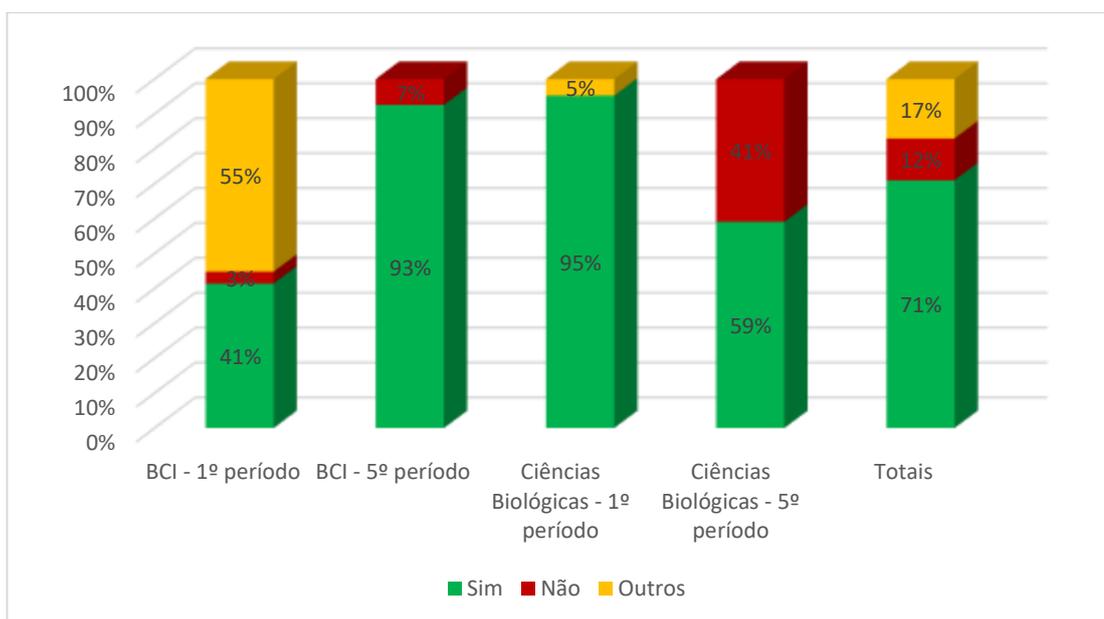


Fonte: Elaboração própria.

Nota-se pelo Gráfico 6 que a maioria das respostas “às vezes” e “raramente” foram escolhidas por alunos dos primeiros períodos e que entre os alunos do quinto período esse índice de respostas foi menor. Constatamos ainda assim que alguns alunos dos quintos períodos, ainda que em sua minoria, não costumam citar sempre as fontes de onde foram retiradas as ideias contidas em seus textos, mesmo já estando mais próximos de iniciarem o Trabalho de Conclusão de Curso do que os alunos dos primeiros períodos. Reforçamos que a citação das fontes serve para dar o devido crédito ao autor da obra original, evitando-se que os trechos citados não se configurem como uma imitação ou cópia de obras alheias, ou seja, combatendo-se o plágio (CHAVES, 1983; CNPq, [2011]; FAPESP, 2014; KIRKPATRICK, 2001; KROKOSCZ, 2012).

Em relação à existência de alguma disciplina do curso do respondente que aborda a questão do plágio, foi possível observar que 71% do total de respondentes afirmou que sim, 12% que não e 17% escolheu a opção “Outros”, conforme representado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Questão 5 Na grade curricular do seu curso existe(m) alguma(s) disciplina(s) que aborda(m) a questão do plágio?



Fonte: Elaboração própria.

Observamos também que a maioria dos respondentes das afirmativas pertencem ao primeiro período dos cursos pesquisados, levando-se em consideração que 41% dos alunos do quinto período de Ciências Biológicas responderam negativamente a esta questão e que dentre os respondentes que escolheram a opção “Outros” (todos pertencentes aos primeiros períodos) a maioria deles disseram não saber se existem ou não tais disciplinas como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 5 Outros. Especifique:, por curso/período

BCI - 1º período	99%	Não sei.
	1%	Creio que todas as disciplinas abordam um pouco, mas não há uma específica sobre o assunto.
Ciências Biológicas - 1º período	100%	Até o momento não, mas acredito que sim no decorrer do curso

Fonte: Elaboração própria.

Visando obter mais informação sobre a existência de disciplinas que abordam a temática do plágio, foi indagado aos respondentes que responderam

afirmativamente à essa questão, em qual/quais disciplinas da grade curricular deles que esse assunto é abordado e obtivemos as respostas apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 5 (a) Qual/Quais disciplina(s)?, por curso/período

BCI - 1º período		BCI - 5º período	
Quantidade	Respostas	Quantidade	Respostas
1	Metodologia da pesquisa científica	1	Metodologia para a pesquisa científica
2	Tecnologias da Informação	10	Tecnologias da Informação
2	Introdução ao trabalho científico	3	Introdução ao trabalho científico
1	Introdução ao Método Científico	7	Serviço de referência e fontes de informação
1	Não sei ainda. Mas plágio é a cara de temas da BCI	4	Palestras
		8	Comunicação e expressão
		3	Usos e usuários da informação
Ciências Biológicas - 1º período		Ciências Biológicas - 5º período	
Quantidade	Respostas	Quantidade	Respostas
19	Pesquisa Bibliográfica	9	Pesquisa Bibliográfica
11	Leitura e Produção de Texto	2	Leitura e Produção de Texto
2	Não me recordo	1	Todas as disciplinas que requerem um trabalho acadêmico, há menção dos professores para tal assunto. Não há uma disciplina específica.
		1	Disciplinas que envolvam projetos
		1	Invertebrados I
		1	Sistemática de vegetais avasculares

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se pelas respostas que no curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, os dois períodos pesquisados apontaram as disciplinas de Metodologia da pesquisa científica; Tecnologias da Informação e Introdução ao trabalho científico e no curso de Ciências Biológicas as disciplinas citadas em ambos períodos foram: Pesquisa Bibliográfica e Leitura e Produção de Texto. Ou seja, as disciplinas

apontadas nos dois períodos, provavelmente foram cursadas pelos respondentes dos quintos períodos no ano de ingresso na universidade.

Observamos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) a ausência de disciplinas que fazem menção à palavra plágio, em ambos.

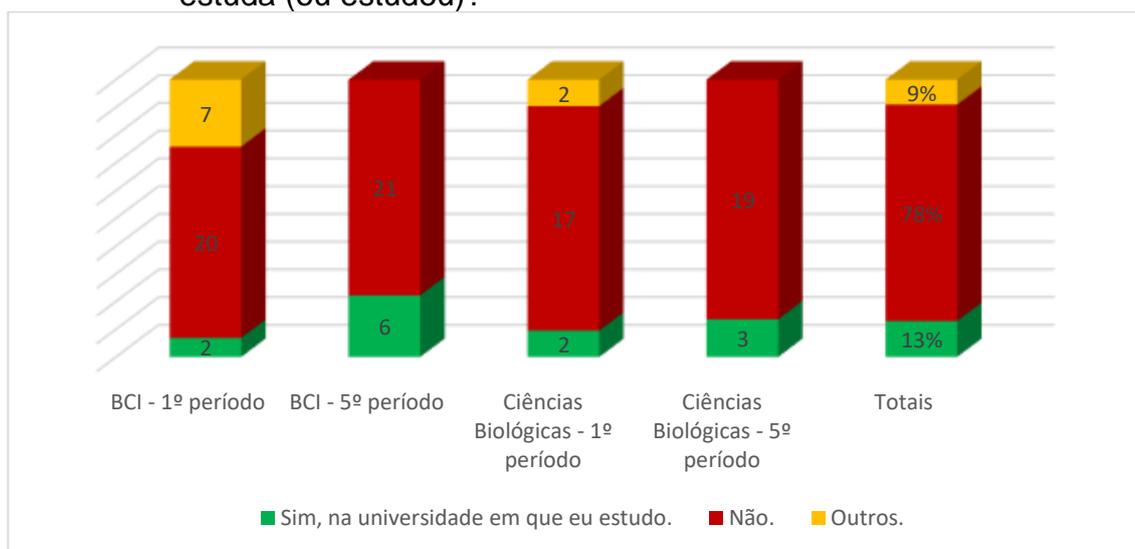
Porém no curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação a palavra ética aparece na Gestão de Projetos e também é citada na disciplina de Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. As disciplinas de Introdução ao Trabalho Científico; Metodologia da Pesquisa Científica; Comunicação e Expressão e Normas Técnicas de Informação e Documentação são requisitos para que o aluno possa cursar a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso. A disciplina de Tecnologias da Informação, de acordo com o PPC de BCI, tem por objetivo “oferecer ao aluno competências em Tecnologia da Informação e Comunicação para apoiar o desenvolvimento de atividades acadêmico-profissionais”; um dos objetivos da disciplina de Serviço de referência e fontes de informação é “otimizar ações de promoção de uso de informação na sociedade em geral” e a disciplina de Usos e usuários da informação tem como um dos seus objetivos “reconhecer atitudes e comportamentos de busca e uso da informação”. Também nos chamou a atenção o fato de não ter sido mencionada, nas respostas dos alunos de BCI na questão 5 (a), a disciplina de “Normas técnicas de informação e documentação”, mas constatamos que, de acordo com a matriz curricular do curso de BCI, tal disciplina é ministrada no sexto período do curso.

Já no PPC do Curso de Ciências Biológicas a palavra ética aparece no “Grupo de Conhecimento: Fundamentos Filosóficos, Sociais e Metodológicos” onde está inserida a disciplina de Leitura e produção de Textos e de Pesquisa Bibliográfica. Outras duas disciplinas foram citadas pelos respondentes do curso de Ciências Biológicas do quinto período: “Sistemática de Vegetais Avasculares” e “Invertebrados I” (disciplina em que foi aplicado o questionário desta pesquisa) e de acordo com o PPC do curso, ambas pertencem ao “Grupo de Conhecimento: Diversidade Biológica”.

Notamos pois, que embora a palavra “plágio” não esteja presente nos PPCs dos cursos, a abordagem do tema foi apontada pela maioria dos respondentes em disciplinas que fazem menção à ética e que no caso do curso de BCI, possuem elementos presentes na dimensão ética da Competência Informacional, sobretudo relacionados ao uso da informação, conforme mencionados anteriormente.

O Gráfico 8 apresenta a quantidade de respostas por curso/período para a questão sobre a existência de ações de combate ao plágio promovidas pela universidade em que os respondentes estudam ou estudaram. Do total de respondentes, 78% responderam que “não”, 13% responderam que “sim, na universidade em que estudo” e 9% optou pela opção “Outros”.

Gráfico 8 – Questão 6 Você conhece ou sabe se existe(m) alguma(s) ação(es) de combate ao plágio promovida(s) pela universidade em que você estuda (ou estudou)?



Fonte: Elaboração própria.

Dentre os respondentes, no caso, do primeiro período de Biblioteconomia e de Ciências Biológicas, que optaram pela resposta “Outros” a maioria deles responderam não saber ou desconhecer se existem ou não, ações de combate ao plágio na universidade, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 - Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 6 Outros. Especifique:, por curso/período

BCI - 1º período	99%	Não sei.
	1%	Desconheço.
Ciências Biológicas - 1º período	100%	Não sei.

Fonte: Elaboração própria.

Com o intuito de saber quais são as ações que os alunos conhecem, foi inserida a alternativa (a) na questão seis. A Tabela 5 apresenta as respostas de acordo com a quantidade de pessoas que responderam “sim, na universidade em que estudo” por curso/período.

Tabela 5 - Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 6 (a)
Qual/Quais ação/ações você conhece?, por curso/período

BCI - 1º período		BCI - 5º período	
Quantidade	Respostas	Quantidade	Respostas
1	Existe o Comitê de Ética da Universidade, mas eu não me recordo com exatidão se é esse o nome, mas eu conheço que existe algum setor na Universidade que lida com as pesquisas e chega a verificar se houve plágio ou algo condenável por esse comitê	1	Orientação aos graduandos desde o início do curso, palestras, estudos das normas quanto a produção acadêmica, orientação quanto às citações entre outras.
1	(Não houve resposta)	1	Ações apresentadas em uma palestra sobre o plágio no ambiente acadêmico.
		1	Aulas práticas e teóricas
		1	Eu não sei ao certo, apenas sei que existe
		1	Divulgação em disciplinas
		1	Palestras
Ciências Biológicas - 1º período		Ciências Biológicas - 5º período	
Quantidade	Respostas	Quantidade	Respostas
1	Aulas que instruem sobre o assunto	1	Denúncias/alguma penalização (já que eh considerado crime)
1	Durante as aulas, as professoras nos auxiliam a utilizar as informações da forma correta, citando os autores das ideias.	1	Palestras, e a precaução na realização de trabalhos acadêmicos
		1	Professores que explicam todo começo de disciplina o que é considerado plágio e quais as implicações disso

Fonte: Elaboração própria.

Notamos, após uma busca pelo termo “plágio”, que algumas das ações apontadas pelos alunos na Tabela 5 estão presentes na *home page* da universidade, como palestras, oficinas e denúncias na procuradoria jurídica. Mas o acesso à informação não está evidente. Além disso, considerando que apenas 13% do total de respondentes afirmaram que conhecem algumas ações de combate ao plágio promovidas pela universidade, ao passo que 87% dos respondentes

desconhecem a existência de tais ações. Podemos inferir que esse assunto ainda carece de melhor divulgação dentro da universidade, reforçando a necessidade de se aprofundarem os debates sobre os direitos autorais, a propriedade intelectual, o plágio e o uso ético da informação (BLATTMANN; RADOS, 2001; SCONUL, 2011), buscando-se romper a “[...] falsa crença de que os interditos sobre o plágio são devidamente conhecidos por todos aqueles que ingressam no ambiente acadêmico [...]” (DINIZ; TERRA, 2014, p. 17).

A questão sete se configurou como uma espécie de teste de competência informacional e percepção dos alunos na identificação do plágio. Para tanto foram elaboradas cinco alternativas apresentando exemplos retirados do livro *Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores* de Marcelo Krokosz e solicitado ao respondente que escolhesse uma alternativa de resposta para cada questão entre “Sim, ocorre plágio” e “Não, não ocorre plágio”. As respostas dadas pelos alunos estão apresentadas nos gráficos 9, 10, 11, 12 e 13 a seguir.

Na alternativa (a), representada na Figura 2, o motivo da ocorrência de plágio se relaciona à falta de referência e citação da fonte original.

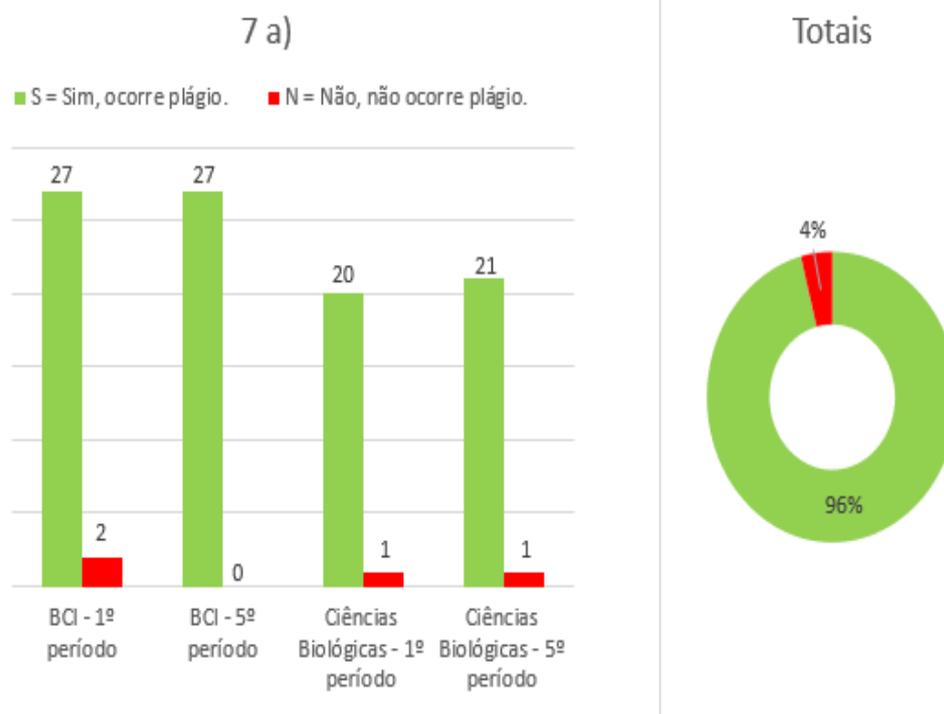
Figura 2 – Questão 7 alternativa (a)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL	VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)
<p>A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.</p> <p>Referência: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008. p.48.</p> <p>A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.</p> <p>Referência: GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007. p.46.</p>	<p>A pesquisa documental restringe-se a documentos escritos ou não, o que se denomina de fontes primárias. Em geral, apresenta uma série de vantagens, entre elas o fato de que os documentos constituem fonte de informação rica e perene, o que é importante em qualquer pesquisa histórica.</p>

Fonte: Adaptado de KROKOSZ (2012)

Nota-se pelas respostas dos alunos que foi identificada essa ocorrência sendo que 96% do total de respondentes assinalaram a alternativa “Sim, ocorre plágio”, conforme representado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (a)



Fonte: Elaboração própria.

Pelo Gráfico 9 é possível observar que os respondentes do quinto período de BCI foram unânimes na resposta correta e que no primeiro período houveram apenas duas respostas incorretas. Já no curso de Ciências Biológicas houve apenas uma resposta incorreta em cada período. O que nos leva a considerar que a grande maioria dos respondentes assinalaram a resposta correta.

Na alternativa (b) (Figura 3) está presente a referência e a citação da fonte original e não há ocorrência de plágio.

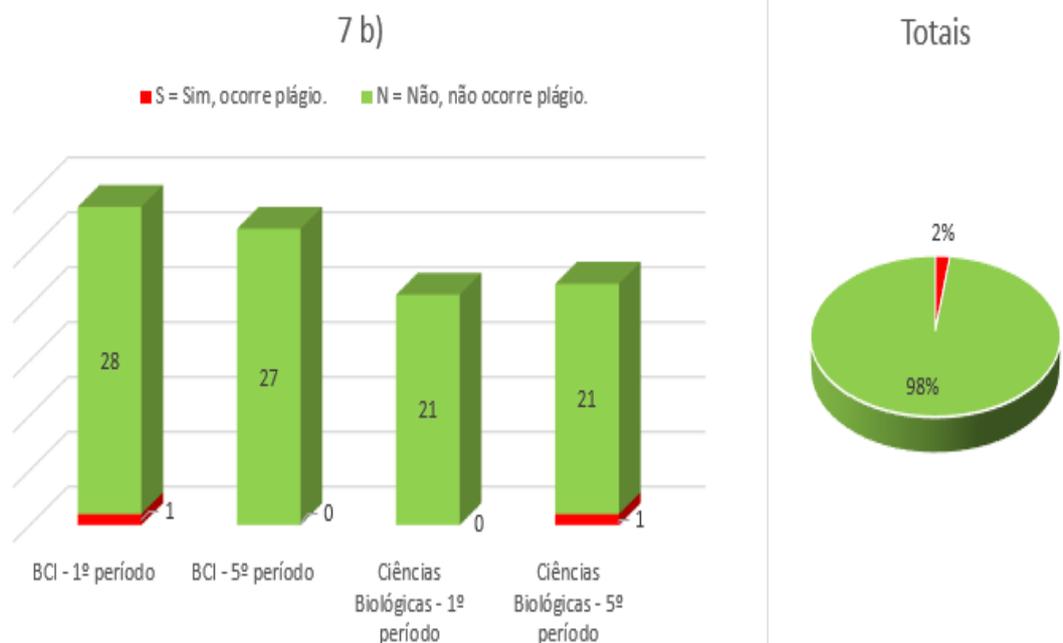
Figura 3 – Questão 7 alternativa (b)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL	VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)
<p>Nosso modelo dinâmico de criação do conhecimento está ancorado no pressuposto crítico de que o conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. Chamamos esta interação de "conversão do conhecimento".</p> <p>REFERÊNCIA: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikuiiro. Gestão do conhecimento. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008. p.59</p>	<p>Concluimos que dependendo do tipo de relações que se estabelecem entre as coisas (conhecimento objetivo) e a pessoa (conhecimento subjetivo) ocorre o que é chamado por <u>Takeuchi e Nonaka (2008)</u> de "conversão do conhecimento".</p> <p>Na lista de referências: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikuiiro. Gestão do conhecimento. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>

Fonte: Adaptado de KROKOSZ (2012)

Pelas respostas dos alunos, representadas no Gráfico 10, esse fato também foi observado pela maioria, sendo que 98% do total de respondentes assinalaram a alternativa "Não, não ocorre plágio".

Gráfico 10 – Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (b)



Fonte: Elaboração própria.

Pelo Gráfico 10 é possível observar que os respondentes do quinto período de BCI e do primeiro período de Ciências Biológicas foram unânimes na resposta correta. A escolha da resposta incorreta variou entre os cursos e os períodos sendo

que o equívoco ocorreu no primeiro período de BCI (com 1 resposta incorreta) e no quinto período de Ciências Biológicas (também com 1 resposta incorreta). O que nos leva a considerar que a grande maioria dos respondentes assinalaram a resposta correta.

Na alternativa (c) (Figura 4) assim como na alternativa (b) também está presente a referência e a citação da fonte original e não há ocorrência de plágio.

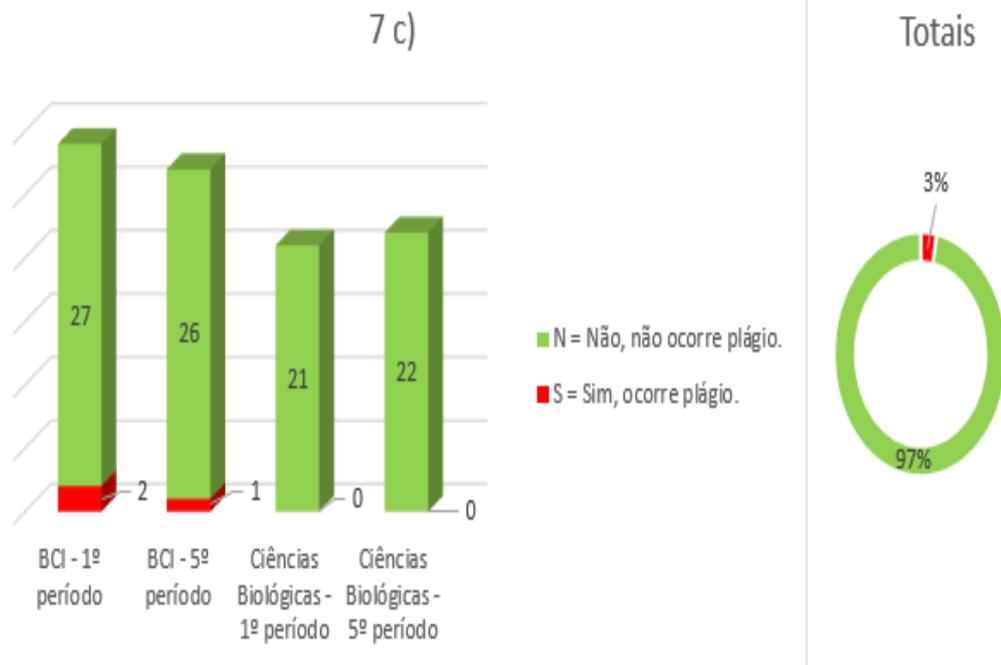
Figura 4 – Questão 7 alternativa (c)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL	
<p>Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugido não é mais porque agora se tornou um novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa. Esses instantes que decorrem no ar que respiro: em fogos de artifício eles espocam mudos no espaço. Quero possuir os átomos do tempo. E quero capturar o presente que pela sua própria natureza me é interdito: o presente me foge, a atualidade me escapa, a atualidade sou eu sempre no já.</p> <p>Fonte: LISPECTOR, Clarice. Água viva. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p.9.</p>	
VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)	
<p>A permanente decorrência do tempo presente e de como a vida passa de forma tão fugaz tal qual a correnteza de um rio, são descritos por Clarice Lispector de forma bela e poética:</p>	
<p>4 cm</p> <hr style="width: 10%; margin: 0 auto;"/>	<p>Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugido não é mais porque agora se tornou um novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa. Esses instantes que decorrem no ar que respiro: em fogos de artifício eles espocam mudos no espaço. Quero possuir os átomos do tempo. E quero capturar o presente que pela sua própria natureza me é interdito: o presente me foge, a atualidade me escapa, a atualidade sou eu sempre no já. (LISPECTOR, 1998, p.9).</p> <p>As palavras da autora provocam a reflexão do leitor...O protagonismo na vida seria esta busca permanentemente adiada de encontrar-se em um instante no tempo que ainda não é ou já foi? Pode ser mesmo que para os seres humanos o sentido da vida é o reconhecimento da provisoriedade de si e das coisas.</p> <p>Referência: LISPECTOR, Clarice. Água viva. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.</p>

Fonte: Adaptado de KROKOSZ (2012)

Pelas respostas dos alunos, a não ocorrência de plágio, também foi observada pela maioria, sendo que 97% do total de respondentes assinalaram a alternativa “Não, não ocorre plágio”, conforme o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (c)



Fonte: Elaboração própria.

Nesse caso, apenas alguns alunos de BCI (sendo 2 do primeiro período e 1 do quinto período) assinalaram a alternativa incorreta “Sim, ocorre plágio”. Já entre os respondentes do curso de Ciências Biológicas, nenhum deles optou pela opção incorreta.

Na alternativa (d), embora estejam presentes a referência e a citação da fonte original, faltaram a menção do número da página e o emprego das aspas no trecho idêntico ao original (Figura 5).

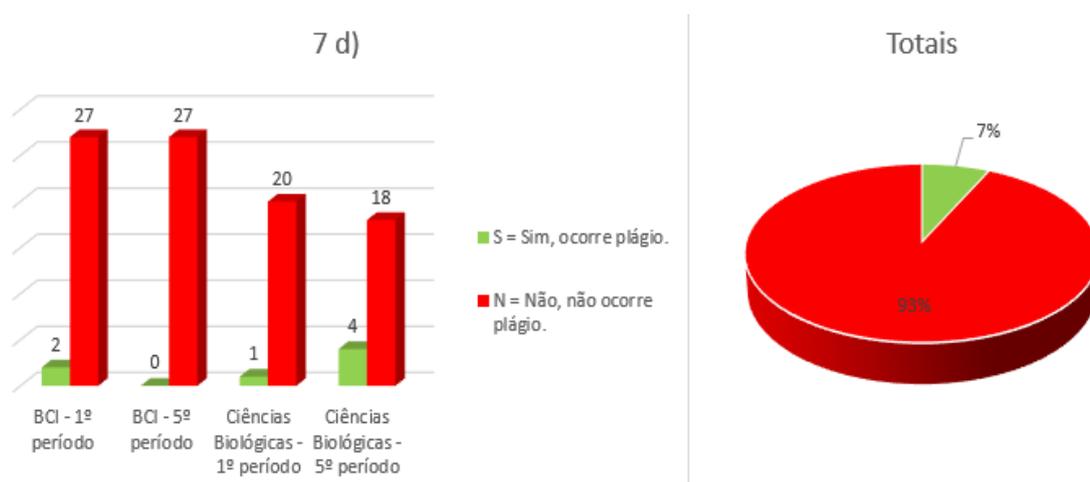
Figura 5 – Questão 7 alternativa (d)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL
<p>Para que a empresa seja socialmente responsável, deve incluir em suas políticas objetivos e compromissos que envolvam desde a utilização de materiais que não agriam o meio ambiente até a preocupação com o ser humano, seja ele integrante de seu público interno, pertencente à comunidade ou ao público consumidor de seus produtos e serviços. Suas ações devem contemplar, também, o investimento cultural.</p> <p>Referência: COELHO, Marcio. A essência da administração: conceitos introdutórios. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 245.</p>
VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)
<p>Entre os objetivos e compromissos adotados por empresas socialmente responsáveis, Coelho (2008) destaca a utilização de materiais que não agriam o meio ambiente até a preocupação com o ser humano, seja ele integrante de seu público interno, pertencente à comunidade ou ao público consumidor de seus produtos e serviços.</p> <p>Referência: COELHO, Marcio. A essência da administração: conceitos introdutórios. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>

Fonte: Adaptado de KROKOSCZ (2012)

Nota-se pelas respostas dos alunos que houve uma dificuldade na identificação da ocorrência de plágio na alternativa (d), pois 93% do total de respondentes assinalaram a alternativa errada “Não, não ocorre plágio” e apenas 7% assinalou a alternativa correta “Sim, ocorre plágio”. Ou seja, a maioria dos respondentes erraram a resposta da alternativa (d), conforme representado no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (d)



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que na alternativa (d) o número de acertos foi maior entre os respondentes do quinto período de Ciências Biológicas, ao passo que os respondentes do quinto período de BCI foram unânimes na escolha da alternativa incorreta, sendo assim, no curso de BCI os acertos foram maiores no primeiro período. Dentre os respondentes que escolheram a opção correta no primeiro período de BCI, um deles já possuía formação anterior, o que também não impactou na escolha da resposta correta, tendo em vista que a maioria dos respondentes com formação anterior se concentravam no quinto período de BCI, onde todos escolheram a opção incorreta.

Na alternativa (e) (Figura 6) assim como na alternativa (a) o motivo da ocorrência de plágio se relaciona à falta de referência e citação da fonte original.

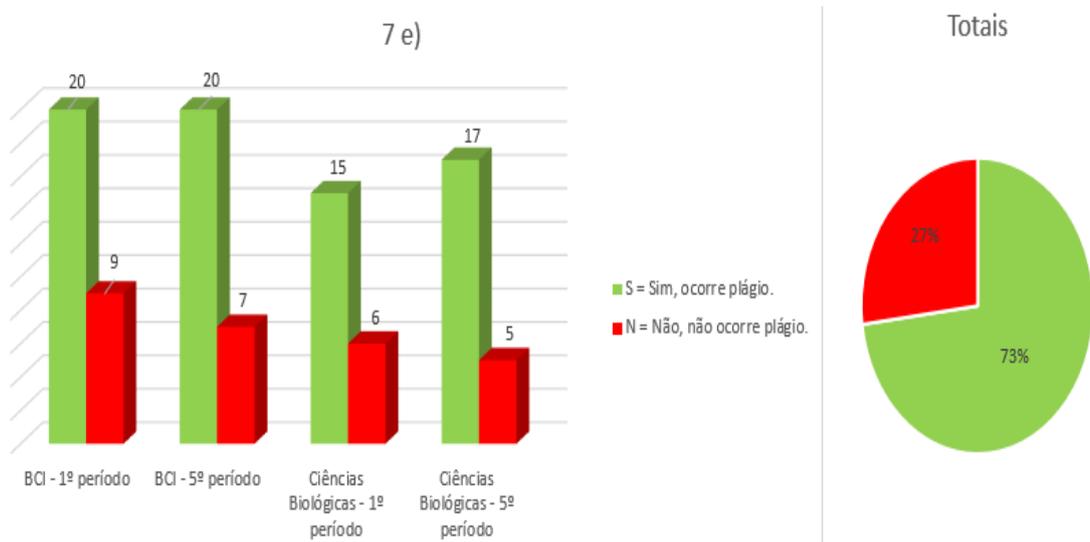
Figura 6 – Questão 7 alternativa (e)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL
Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimentação. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar, etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente.
Referência: CHALMERS, Alan F. O que é ciência afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.
VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)
Para que o conhecimento obtido por meio das experiências sensoriais (visão, audição, tato, etc.) seja reconhecido como científico é necessário que seja provado. Esta objetividade implica no fato de que opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência.

Fonte: Adaptado de KROKOSZ (2012)

Nota-se pelas respostas dos alunos que foi identificada essa ocorrência sendo que 73% do total de respondentes assinalaram a alternativa “Sim, ocorre plágio”, conforme o Gráfico 13. No entanto, nessa alternativa as respostas foram mais discrepantes em relação às respostas da alternativa (a), pois a porcentagem de “Não, não ocorre plágio” foi de 27%, ou seja, mais de 20% maior do que na alternativa (a).

Gráfico 13 – Quantidade e porcentagem do total de respostas apontadas pelos estudantes na Questão 7 alternativa (e)



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se também que o número de erros é maior nos primeiros períodos do que nos quintos períodos em ambos os cursos.

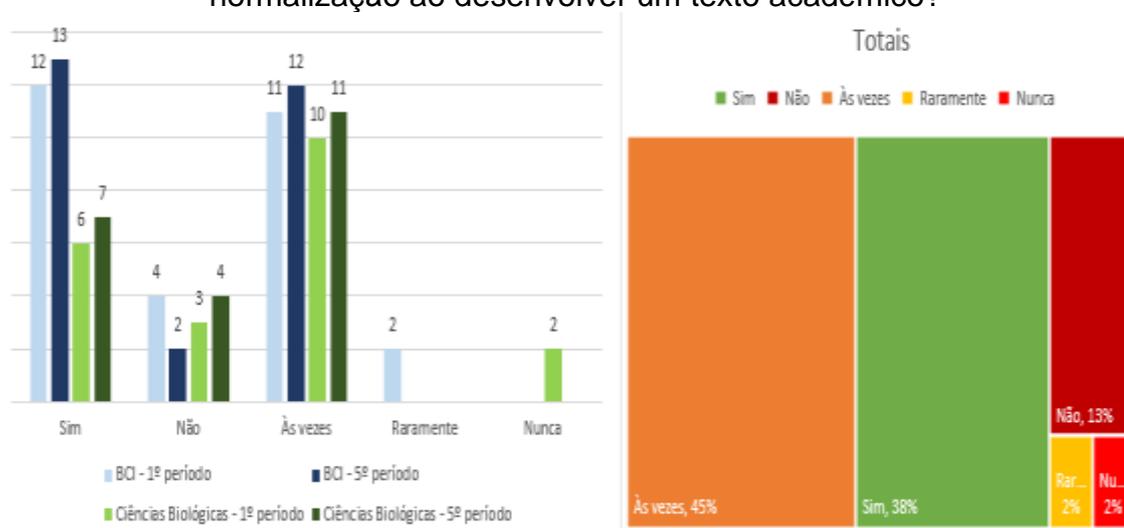
De maneira geral, as repostas demonstraram que os alunos possuem uma boa noção de ocorrência de plágio, pois na alternativa em que ocorreu o maior número de engano havia uma menção de citação, o que pode ter induzido os alunos ao erro, tendo em vista que o número de acertos foi maior em todas as demais alternativas. Por outro lado, também observamos que embora os respondentes de ambos os cursos e períodos pesquisados tenham demonstrado na questão 3 um bom discernimento sobre a definição do plágio, muitos ainda se enganam na prática da identificação da ocorrência conforme constatado, sobretudo, nas respostas das alternativas (d) e (e) da questão 7.

O Gráfico 14 apresenta as respostas dadas pelos alunos na questão que visa identificar o uso de normas e manuais de normalização no desenvolvimento do texto acadêmico. Apenas 38% do total de alunos costumam fazer uso das normas, sendo

que 45% afirmam utilizá-las “às vezes”. Portanto, se compararmos isso ao número de respondentes que afirmaram não utilizarem (13%) com os que raramente (2%) e os que nunca utilizam (2%) aos que utilizam encontraremos um alto índice de não utilização ou subutilização das normas.

Tal fato aponta para um alto risco de ocorrência de plágio no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos por falta de adequação às regras, sobretudo, presentes nas normas de citação e referências bem como de formatação de texto de modo geral.

Gráfico 14 – Questão 8 Você costuma consultar as normas e manuais de normalização ao desenvolver um texto acadêmico?



Fonte: Elaboração própria.

Notamos que o maior número de respostas “sim” ocorreu nos quintos períodos. Embora os primeiros períodos tenham optado por essa resposta, mesmo estando na fase inicial da graduação o que nos leva a pensar que o número de “às vezes”, “não”, “raramente” e “nunca” nos primeiros períodos pode ter ocorrido por esse mesmo motivo, ou seja, por serem alunos da fase inicial da graduação. Ao mesmo tempo, um fato preocupante constatado nas respostas é que entre os respondentes, existam alunos dos quintos períodos que responderam que fazem uso das normas apenas às vezes ou que não as utilizam na elaboração de seus textos acadêmicos mesmo estando mais próximos da fase final da graduação.

Ao serem indagados sobre quais são as normas utilizadas pelos alunos que responderam que fazem uso delas, as respostas encontradas apontaram sobretudo para a ABNT. Também se referiram ao uso de livros e manuais de normalização disponibilizados na internet conforme representado no Quadro 7. Tal fato demonstra

a relevância do papel da biblioteca dentro da universidade e de se manter atualizados e acessíveis os manuais, além de se disponibilizar serviços com o intuito de promover, divulgar e incentivar o uso das normas no ambiente acadêmico, afim de se evitar situações que possam causar constrangimentos, como a identificação de ocorrência de plágio.

Quadro 7 - Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 8 (a) Quais as normas e manuais de normalização você costuma consultar?, por curso/período

Curso/período	Respostas			
Biblioteconomia - 1º período	***ABNT	****APA	*Lagos (sic) & Marconi	Livros sobre teses e dissertações
Biblioteconomia - 5º período	ABNT	Manuais de normalização disponibilizados por universidades na internet		
Ciências Biológicas - 1º período	ABNT	Programa Mendeley		
Ciências Biológicas - 5º período	ABNT	**Manual BCo		

Fonte: Elaboração própria.

Notas: *Lakatos e Marconi.

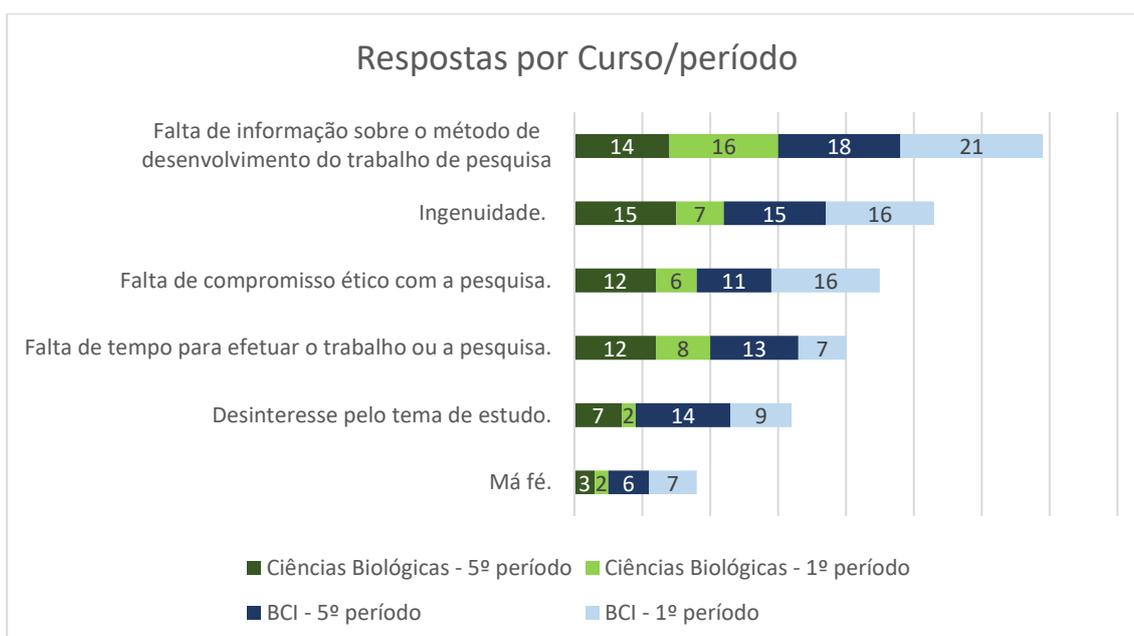
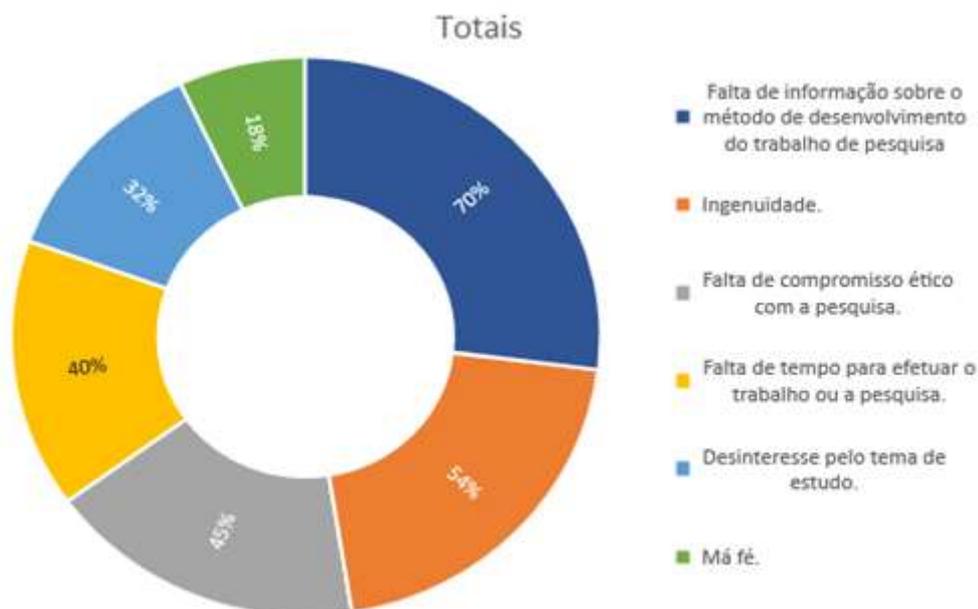
**Manual de normalização da Biblioteca Comunitária da UFSCar.

***Associação Brasileira de Normas Técnicas.

****American Psychological Association.

A questão de número 9 (Gráfico 15) permitia a escolha de uma ou mais alternativas e indagava sobre os possíveis motivos que podem levar o estudante a cometerem o plágio. A maioria dos respondentes apontaram para a “Falta de informação sobre o método de desenvolvimento do trabalho de pesquisa” (70%) seguido da “Ingenuidade” (54%); da “Falta de compromisso ético com a pesquisa” (45%); da “Falta de tempo para efetuar o trabalho ou a pesquisa” (40%); do “Desinteresse pelo tema de estudo” (32%) e por último da “Má fé” (18%). Nota-se pois, que o principal motivo na opinião dos estudantes se relaciona à desinformação que pode levar a pessoa a cometer o plágio de forma ingênua.

Gráfico 15 – Questão 9) Por qual(is) motivo(s) você acredita que os estudantes cometam plágio?



Fonte: Elaboração própria.

Notamos que a maioria dos respondentes dos cursos de BCI e de Ciências Biológicas escolheram a opção “Falta de informação sobre o método de desenvolvimento do trabalho de pesquisa”, sendo que apenas no quinto período de Ciências Biológicas a opção “Ingenuidade” tenha sido um pouco maior do que a escolha da referida opção.

A questão 9 também permitia a escolha da opção “outros” e foi respondida por duas pessoas que apontaram alguns fatores interessantes também relacionados à falta de informação, como a necessidade de se inserir a temática do plágio no

processo de aprendizagem desde o Ensino Fundamental e de se ter um melhor conhecimento sobre as normas e manuais de normalização que, como observado na questão anterior (Questão 8), tem sido pouco utilizado pelos alunos dentro do ambiente acadêmico, talvez até mesmo por falta de familiarização durante o processo de formação como apontado na resposta apresentada no Quadro 8.

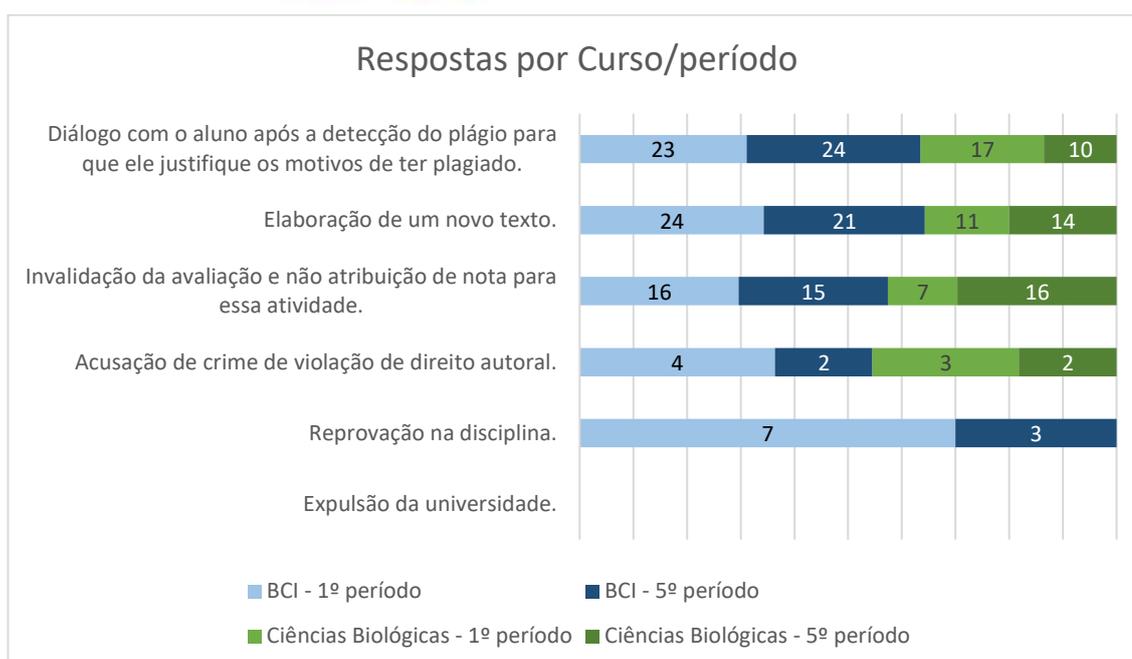
Quadro 8 - Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 9 Outros. Especifique:, por curso/período

Biblioteconomia - 5º período	Podem haver aqueles que hajam de má fé, porém, acredito que os itens marcados acima podem ser as razões mais recorrentes, visto que, muitos não sabem as metodologias de citação, o que é parafrasear, referenciar e estamos todos em constante processo de aprendizagem. Crianças não são ensinadas em seus trabalhos impressos nas escolas desde o Ensino Fundamental a referenciar, assim, "copiam e colam" a informação. Isso, pode ser um dos motivos pelo qual crescem acreditando que esse método é correto, por ser comumente utilizado. Por isso a importância de palestras, conscientização e disseminação da informação sobre o tema.
Ciências Biológicas - 5º período	Conhecimento sobre normas.

Fonte: Elaboração própria.

A questão de número 10 também permitia a escolha de uma ou mais alternativas e a pergunta se referia às sanções que, no ponto de vista do respondente, devem ser aplicadas ao ser detectado o plágio. A resposta mais assinalada foi “Diálogo com o aluno após a detecção do plágio para que ele justifique os motivos de ter plagiado” (75%) seguida da “Elaboração de um novo texto” (71%) e da “Invalidação da avaliação e não atribuição de nota para essa atividade.” (55%). As medidas mais severas como “Acusação de crime de violação de direito autoral” (11%) e “Reprovação na disciplina” (10%) foram menos apontadas e a opção “Expulsão da universidade” não foi escolhida por nenhuma das pessoas que responderam ao questionário como pode ser observado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Questão 10 Quais as sanções que, no seu ponto de vista, devem ser aplicadas ao ser detectado o plágio?



Fonte: Elaboração própria.

Notamos que a opção “Diálogo com o aluno após a detecção do plágio para que ele justifique os motivos de ter plagiado” foi a mais escolhida pelos respondentes do quinto período de BCI e do primeiro período de Ciências Biológicas. A opção elaboração de um novo texto foi a mais escolhida pelos respondentes do primeiro período de BCI. E a opção “Invalidação da avaliação e não

atribuição de nota para essa atividade.” foi a mais escolhida pelos respondentes do quinto período de Ciências Biológicas.

Embora exista as penas que recaem sobre o crime de violação de direito autoral (BRASIL, 1940, 2003) a resposta: “Acusação de crime de violação de direito autoral” foi escolhida por pouquíssimos respondentes, e outras punições também severas como “Reprovação na disciplina” foi escolhida apenas por alguns respondentes do curso de BCI e nenhum respondente do curso de Ciências Biológicas. Já a opção “Expulsão da universidade” não foi escolhida por nenhum respondente. Podemos assim inferir que para os respondentes a expulsão foi considerada mais severa do que a acusação de crime de violação dos direitos autorais.

No Quadro 9 estão inseridas as respostas da opção “outros” onde alguns respondentes expuseram suas opiniões sobre a não aplicação de sanção; a aplicação de punições apenas se comprovada a má fé ou o ato intencional de se cometer o plágio; a necessidade de divulgação do tema e de instrução e apoio ao aluno na intenção de se corrigir esse comportamento e de se evitar que o plágio aconteça ou se repita.

Quadro 9 - Respostas apontadas pelos estudantes na Questão 10 Outros. Especifique:, por curso/período

Biblioteconomia - 1º período	Não deve haver nenhuma sanção.
	Havendo comprovação de má fé, punições mais duras deveria ser aplicadas
	A gravidade do ato deve ser avaliada. A punição por ingenuidade não pode ser a mesma de quando o plágio foi intencional.
Biblioteconomia - 5º período	Por se tratar de um tema delicado e que muitas vezes não chega ao conhecimento da maioria das pessoas, é importante que, em primeira "multa" , sejam tomadas medidas mais leves, tendo em vista o fato de que o plágio detectado possa ter sido realizado por ingenuidade ou desinformação. Caso, em segundo momento persistam os erros de alguém que conhece, medidas mais séria podem ser tomadas. Entendo que a questão é: o plágio está envolto de normas de citação, referenciais, entre outras, que, quando não cumpridas, tornam a ação um plágio. Para pesquisadores que convivem com isso e em contato direto diário em meio acadêmico, já é um processo internalizado. Porém para pessoas que não tiveram contato com o tema e estão se inserindo no meio acadêmico, o assunto pode ser novo, dado o desconhecimento ou pouca discussão que atinjam as massas. Neste caso, meios de divulgar o tema e "o que fazer para não cometer plágio" e, concomitantemente, trazer as devidas normas para o público, seria uma maneira eficaz de divulgação, conhecimento da massa perante o assunto.
	Isso no nível da graduação, depois disso, plágio não deve ser aceito em hipótese nenhuma.
Ciências Biológicas - 1º período	Auxílio para com o aluno, no intuito de ajudá-lo a não realizar mais plágios

Fonte: Elaboração própria.

A última questão foi aberta e foi solicitado que os respondentes que se dispusessem, deixassem comentários e opiniões sobre o plágio e/ou quaisquer observações que tivessem sobre o questionário aplicado.

Dos 99 (noventa e nove) questionários respondidos, apenas 16 (dezesseis) continham as respostas da questão aberta (Tabela 6). Observamos então, que poucas pessoas (16%) se motivaram a responder a única questão aberta do questionário, o que nos leva a inferir que a maioria dos respondentes demonstraram uma grande resistência a responder à questão aberta.

Tabela 6 - Porcentagem de respondentes da questão 11

Curso/período	Total de Respondentes	Número de Respondentes da questão 11	Porcentagem de respondentes da questão 11
Biblioteconomia - 1º período	29	4	14%
Biblioteconomia - 5º período	27	6	22%
Ciências Biológicas - 1º período	21	3	14%
Ciências Biológicas - 5º período	22	3	14%
Total	99	16	16%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos das secretarias dos cursos, das listas de presença e da própria pesquisa.

Nota-se pela Tabela 7 que, entre os primeiro e quinto períodos, apenas no quinto período do curso de BCI houve um número maior de respondentes da questão 11 do sexo feminino (quatro pessoas). No restante, predominou o sexo masculino, sendo que no curso de Ciências Biológicas todos os respondentes (nove pessoas) da questão 11 eram do sexo masculino.

Tabela 7 – Gênero dos respondentes da questão 11

Curso/período	Masculino	Feminino
Biblioteconomia - 1º período	3	1
Biblioteconomia - 5º período	2	4
Ciências Biológicas - 1º período	3	0
Ciências Biológicas - 5º período	3	0
Total	11	5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos das secretarias dos cursos, das listas de presença e da própria pesquisa.

Utilizamos a nuvem de *tags* (Figura 7), transferindo as respostas obtidas para o *Microsoft Power Point*, para a indicação dos termos mais utilizados nas respostas dos alunos à questão número 11. Para tanto, as palavras irrelevantes – como

mestrado, penso que o plágio não deve ser aceito pois a aluno teve quatro anos na graduação de preparo para aprender a fazer as citações e seguir as regras [...]”. (Respondente BCI – 5º período)

Em outras duas respostas encontramos a não utilização das normas como uma justificativa para a falta de informação e a consequente ocorrência de plágio:

“[...] produção de textos acadêmicos necessita de um aparato sistêmico para a elaboração de uma boa pesquisa [...]”; (Respondente BCI – 5º período)

“[...] o plágio ocorre, na maioria das vezes, por falta de conhecimento da própria pessoa sobre as normas [...]”. (Respondente Ciências Biológicas – 5º período)

Também encontramos em algumas respostas, apontamentos sobre a necessidade de se abordar o tema dentro da instituição de ensino, sobretudo em sala de aula:

“[...] Poucos professores falam sobre, assim muitas pessoas só se preocupam realmente com plágio na hora de escrever um TCC, tese (sic) de mestrado, doutorado [...]”; (Respondente BCI – 1º período)

“[...] falta mostrar mais na prática a como evitar o plágio, com exercícios como os aplicados neste formulário e atividades práticas de como parafrasear, por exemplo [...]”; (Respondente BCI – 5º período)

“Algo que deveria ser mais esclarecido na universidade, pois a abordagem é muitas vezes vaga [...]”; (Respondente Ciências Biológicas – 5º período)

“Chegamos na universidade sem noção alguma do plágio [...]”; (Respondente Ciências Biológicas – 5º período)

“[...]”, já que o assunto é pouco abordado em disciplinas [...]”. (Respondente Ciências Biológicas – 5º período)

Assumir uma postura ética em prol do bem coletivo, também foi citada em algumas respostas. E a necessidade de diálogo e orientação sobre o motivo da ocorrência do plágio foi apontado como ações de combate ao plágio dentro da instituição de ensino:

“[...] a falta de ética e empatia com as pessoas que já fizeram um trabalho em relação àquele assunto, está cada vez maior nos seres humanos [...]”; (Respondente BCI – 1º período)

“[...] para que acadêmicos analisem suas ações perante a sociedade.”; (Respondente BCI – 5º período)

“[...] deve haver uma conversa com a pessoa que praticou o plágio, para conhecer os verdadeiros motivos e se for por falta de informação, tentar orientá-la [...]”. (Respondente BCI – 5º período)

Quanto às punições, alguns respondentes ponderam que deve ser avaliado o motivo da ocorrência do plágio para saber se houve “má fé”, “desinteresse” ou “ingenuidade” por parte do plagiador. Contudo, os respondentes não citam o tipo de punição a ser aplicada e apenas um dos respondentes menciona que a punição não deve ter um caráter “rígido”:

“ [...] caso for detectado que a prática foi de má fé, deverá haver punição [...]”; (Respondente BCI – 5º período)

“[...] plágio nos trabalhos acadêmicos, demonstra um desinteresse do aluno, no material de pesquisa, [...] deve ser avaliado, na suspeita de plágio, se houve apenas ingenuidade [...]”; (Respondente BCI – 5º período)

“[...] algo que deve ser combatido, [...] não pode ser rígido [...] (com punição e outras formas negativas) [...]”. (Respondente Ciências Biológicas – 1º período)

Sendo assim, pudemos finalmente observar que os respondentes da questão 11 consideram que o assunto deve ser tratado como um problema ético e mais abordado e trabalhado dentro da instituição de ensino. E que o ato de cometer o plágio deve ser avaliado para se descobrir se houve má fé ou se ocorreu por ingenuidade ou por falta de tempo para a realização das atividades de pesquisa, ou por falta de conhecimento em relação às normas ou por falta de informação. Além de ponderarem que a punição deve ser aplicada, se comprovada a intenção de plagiar.

Foram apontadas ações como o diálogo, o ensino de metodologias de pesquisa e utilização de normas na produção dos textos acadêmicos como formas de se combater o plágio.

Além disso, foi citada a importância da abordagem do tema pelos professores durante a graduação e da divulgação dentro da universidade.

Já em relação ao questionário foram feitos tanto comentários sobre a extensão do mesmo, considerando-o como “*longo e cansativo*” (Respondente BCI – 5º período), como também foi exaltada a relevância de se discutir e provocar reflexões sobre o tema (Respondente BCI – 5º período), da necessidade de aplicação prática como dos exercícios solicitados neste questionário (Respondente BCI – 5º período), e que as perguntas presentes nele foram “*bem feitas*” (Respondente Ciências Biológicas – 5º período).

De acordo com os “Indicadores de desempenho” e alguns dos “Resultados” referentes ao padrão 5 da ACRL (2000) a análise de resultados desta pesquisa nos permitiu identificar que: os respondentes conseguem compreender o que é o plágio, mas pelas respostas escolhidas em relação às sanções a serem aplicadas, a maioria não identifica o plágio como um crime de violação aos direitos autorais, e embora tenham afirmado citar as fontes utilizadas em seus trabalhos acadêmicos, a consistência da citação pode ser prejudicada, devido à falta de frequência na consulta às normas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre foi reconhecido que seja imprescindível que a Competência Informacional englobe a dimensão ética no uso das informações disponíveis. Esta observação se aplica sobretudo hoje, porque com a onipresença das Tecnologias de Informação e Comunicação, a facilidade de acesso à informação de todo tipo possui o potencial de "ocasionar" – intencional ou não intencionalmente – a infração das leis de Propriedade Intelectual, e especificamente, àquelas que se referem ao plágio, quando há o desrespeito à proteção do direito autoral.

Desse modo, a pesquisa aqui relatada teve o objetivo de averiguar a percepção dos estudantes universitários acerca do plágio acadêmico. Entendemos que este objetivo, junto aos objetivos específicos, foi cumprido com a realização desta pesquisa, pois foi possível verificar que os alunos ingressantes e do quinto semestre dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação e de Ciências Biológicas compreendem o que é plágio e afirmam, em sua maioria, que efetuam as citações das fontes ao desenvolverem seus trabalhos acadêmicos. No entanto, a maioria deles afirmam também que nem sempre consultam as normas e manuais de normalização. Também sabem reconhecer que em algumas disciplinas do curso existe a abordagem do plágio, porém em sua grande maioria não as reconhece como ações de combate ao plágio promovidas pela universidade.

Notamos que apesar da noção de utilização ética da informação, em relação ao plágio, não identificamos uma evolução entre os primeiros e quintos períodos, sendo que as respostas dadas foram semelhantes entre esses períodos e também entre os cursos. Desta maneira, não foi possível afirmar que os estudantes do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, que possuem disciplinas relacionadas à Competência Informacional ou que possuem conteúdo a respeito, demonstraram um melhor desempenho do que os alunos do curso de Ciências Biológicas que não possuem em sua grade curricular disciplinas com esse enfoque. Mas constatamos que a dimensão ética da Competência Informacional possibilita que a temática do plágio seja inserida e melhor disseminada dentro do ambiente acadêmico, por viabilizar o surgimento de reflexões sobre um tema que, conforme observamos pelo resultado desta pesquisa, ainda necessita de melhor divulgação.

Com o teste aplicado, aferimos que os estudantes, em sua maioria, conseguem identificar a ocorrência do plágio, mas em contrapartida, a falta de hábito de consultar as normas aponta para um risco de falha iminente nessa identificação.

Também percebemos que nos quintos períodos ainda houveram alguns alunos que afirmaram que às vezes citam as fontes de onde foram retiradas as ideias contidas em seus textos, além de terem respondido negativamente à questão sobre a existência de disciplinas que abordam a temática do plágio. Entre os primeiros e quintos períodos foi possível observar também um alto índice de desconhecimento sobre ações de combate ao plágio promovidas pela universidade. Sendo que, embora alguns respondentes tenham citado a orientação dada pelos professores como uma ação da instituição, a maioria não estabelece essa relação entre as disciplinas que abordam a temática como uma ação de combate ao plágio promovida pela universidade. Nesse sentido, faz-se necessário que o tema seja melhor divulgado e mais discutido dentro da instituição.

Contudo, identificamos algumas limitações nesta pesquisa. Ao aplicarmos um questionário mais voltado às percepções dos alunos, distanciamos as respostas de suas habilidades práticas, e não pudemos identificar os elementos que valorizam o papel do profissional bibliotecário e da biblioteca dentro da instituição, nas ações de combate ao plágio. Um estudo comparativo com a extensão do número de participantes, por meio de entrevistas aos profissionais bibliotecários, além da percepção dos alunos e dos docentes, também pode contribuir para que o tema seja melhor disseminado dentro da instituição.

Desta maneira, compreendemos que a melhoria na comunicação entre docentes, bibliotecários e estudantes pode gerar ações que promovam o uso ético da informação e tragam benefícios a todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o padrão cinco da ACRL, embora apresente indicadores de desempenho e resultados que contribuam na identificação da Competência Informacional necessária ao uso da informação de forma ética, o fato de ser um padrão criado há quase duas décadas, pode apresentar limitações por um possível distanciamento da realidade vivenciada pelos respondentes no atual contexto de busca e produção de informação.

Não tivemos a intenção de esgotar o tema, mas esperamos que a presente pesquisa possa despertar o interesse de se ampliar as discussões e reflexões sobre o plágio dentro do ambiente acadêmico e motivar pesquisas futuras, que busquem

apontar possíveis caminhos direcionados à dimensão ética no uso da informação e que colaborem no processo de formação pessoal e profissional dos sujeitos, reforçando o ideal de “aprendizagem ao longo da vida” e do “uso ético e legal da informação” tão presentes e difundidos na literatura sobre a Competência Informacional.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION - ALA. **Report of the Presidential Committee on information literacy: final report.** *Washington, D.C.*, 10 Jan.1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ARANTES, Elaine. **Ética e cidadania.** Curitiba: IFPR-MEC/e-Tec Brasil, 2013.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES - ACRL. **Information literacy competency standards for higher education.** Chicago, American Library Association, 2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/bitstream/handle/11213/7668/ACRL%20Information%20Literacy%20Competency%20Standards%20for%20Higher%20Education.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 jan. 2019.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES - ACRL. **Framework for information literacy for higher education.** Chicago, 2015. Disponível em: http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/Framework_ILHE.pdf. Acesso em: 2 jan. 2019.

ALVES, Ana Paula Menezes; CASARIN, Helen de Castro Silva; FERNANDÉZ-MOLINA, Juan Carlos. Uso ético da informação e combate ao plágio. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.26, n.1, p. 115-130, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/27444/15531>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BASSETE, Fernanda. Pesquisa: 87% dos alunos chegam à universidade sem saber o que é plágio. **Veja**, online, 29 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/pesquisa-87-dos-alunos-chegam-a-universidade-sem-saber-o-que-e-plagio/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL – BN. **Endereços e atendimento.** Online, [200--?a]. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/enderecos-atendimento>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL - BN. **Perguntas e respostas: o que é obra intelectual?; o que é direito de autor?.** Online, [200--?b]. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/ajuda/perguntas-respostas>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de autor.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BLATTMANN, Ursula; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Direitos autorais e internet: do conteúdo ao acesso. **Revista Online da Biblioteca Joel Martins**, Campinas, SP, v. 2, n. 3, p. 86-96, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/583/598>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940**. Código penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.695, de 01 de julho de 2003**. Altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pelas Leis nºs 6.895, de 17 de dezembro de 1980, e 8.635, de 16 de março de 1993, revoga o art. 185 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 jul. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.695.htm#art1art184. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm. Acesso em: 23 nov. 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas do ensino básico**. 2009. 208f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2018.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out. 2004.

CAREGNATO, Rita Catalina; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CHAVES, Antônio. Plágio. **R. Inf. legisl**, Brasília, v. 20, n. p. 403-424, jan./mar. 1983.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. **Diretrizes**. Online, [2011]. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/diretrizes>. Acesso em: 03 jan. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Catálogo de teses e dissertações. Online, ([2018]). Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

CORTELLA, Mario Sergio; BARROS FILHO, Clóvis. **Ética e vergonha na cara!** Campinas: Papirus 7 Mares, 2014.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra? Inquietações, propositivas sobre gestão, liderança e ética.** Petrópolis: Vozes, 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DINIZ, Debora; TERRA, Ana. **Plágio: palavras escondidas.** Brasília: LetrasLivres; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

DOYLE, Christina S. **Information literacy in an information society: a concept for the information age.** New York: Syracuse University, 1994. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED372763.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information literacy e o papel educacional das bibliotecas.** 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

FARIAS, Christianne Martins; VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional e dimensões da competência do bibliotecário no contexto escolar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 2-16, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a02.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000.

FRÖHLICH, Egon Roque; DORNELES, Simone Bochi. **Elaboração de monografia na área de desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. (Série Educação A Distância).

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP. **Código de boas práticas científicas.** São Paulo: FAPESP, 2014. Disponível em: http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 83-92, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GERHARDT, Tatiana Angel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação A Distância).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HANK, Carolyn; JORDAN, Mary Wilkins; WILDEMUTH, Barbara M. Survey research. In: WILDEMUTH, Barbara M. **Applications of social research methods to questions in information and library science**. Westport, Connecticut: Libraries Unlimited, 2009.

INOVAÇÃO tecnológica tudo o que acontece na fronteira do conhecimento. **CNPq anuncia diretrizes éticas para pesquisa científica**. Online, 26 out. 2011.

Disponível em:

<https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=cnpq-diretrizes-eticas-pesquisa&id=010175111026#.XC2S-DBKjIU>. Acesso em: 03 jan. 2019.

JUNGMANN, Diana de Melo. **Inovação e propriedade intelectual: guia para o docente**. Brasília: SENAI, 2010. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/guia_docente_iel-senai-e-inpi.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

KIRKPATRICK, Ken. **Evitando plágio**. Tradução de Jackson Aquino. 2001.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/352423/mod_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20pl%C3%A1gio.pdf. Acesso em: 5 dez. 2018.

KROKOSZ, Marcelo. **Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores**. São Paulo, Atlas, 2012.

MANSO, Eduardo J. Vieira. **O que é direito autoral**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, n. 187).

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo - qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, v.9, n.3, Rio de Janeiro, p. 239-248, jul./set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

PIMENTA, Eduardo. **Princípios de direitos autorais: os direitos autorais do trabalhador**. Livro II. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, v. 29. n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

OCHOA, Carlos. Amostragem não probabilística: amostra por conveniência. **Netquest**, 21 out. 2015. Disponível em:

<https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-conveniencia>. Acesso em: 30 mar. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSA, Flávia. O direito autoral e o acesso aberto. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **Direito autoral, propriedade intelectual e plágio**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 85-110.

SANCHES, Tatiana. Políticas públicas para literacia de informação em Portugal: reflexão sobre o panorama atual e perspectivas de futuro. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (Org.). **Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 73-110.

SANTOS, Camila Araújo dos. **Competência em Informação na formação básica dos estudantes da educação profissional e tecnológica**. 2017. 286 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2017. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_ca_do.pdf. Acesso em: 27 nov. 2018.

SOCIETY OF COLLEGE, NATIONAL AND UNIVERSITY LIBRARIES – SCONUL. **The SCONUL seven pillars of information literacy core model for higher education**. London: Working Group on Information Literacy of SCONUL, 2011. Disponível em: <http://www.sconul.ac.uk/sites/default/files/documents/coremodel.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SOUZA, Marcelo Junqueira Inglês de. **O instituto da antecipação de tutela na proteção dos direitos de propriedade intelectual**. 2005. 331 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 2005.
STIM, Richard. **Intellectual property: patents, trademarks and copyrights**. Albany; New York: Delmar Publishers, 1994.

URIBE-TIRADO, Alejandro. **Lecciones aprendidas en programas de Alfabetización Informacional en universidades de Iberoamérica: propuestas de buenas prácticas**. 2013. 406 f. Tesis (Doctoral en Información y Comunicación) - Universidad de Granada, Granada, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alejandro_Uribe-Tirado/publication/262376853_Lecciones_aprendidas_en_programas_de_Alphabetizacion_Informacional_en_universidades_de_Iberoamerica/links/0deec5377d97b82236

000000/Lecciones-aprendidas-en-programas-de-Alfabetizacion-Informacional-en-universidades-de-Iberoamerica.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ética em pesquisa: a questão do plágio. In: In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **Direito autoral, propriedade intelectual e plágio**. Salvador: EDUFBA, 2014. p.189-209.

VAZ, Telma Romilda Duarte. **O avesso da ética**: Ciberespaço e a questão do plágio e da cópia no ensino superior presencial. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Nove de Julho, 2006.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.99-110, jan./abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: A dimensão ética da Competência Informacional no ensino superior: o plágio acadêmico na percepção de estudantes universitários

Pesquisador: THAIS APARECIDA DE LIMA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 08178919.8.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.382.979

Apresentação do Projeto:

A Competência Informacional (Information Literacy), de acordo com a ALA (1989) é considerada um conjunto de habilidades, conhecimentos e valores que os indivíduos devem possuir para reconhecer quando a informação é necessária e saber localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma efetiva. A dimensão ética da Competência Informacional abrange o comportamento ético em relação ao uso da informação para a realização do bem comum. A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação e a facilidade de acesso a uma grande quantidade de informações torna ainda mais relevante a questão do uso adequado das fontes de informação e a dimensão ética da Competência Informacional que traz em seu bojo a questão do combate ao plágio visando o uso legal da informação. No presente trabalho de pesquisa optou-se por dar enfoque ao programa: "Information literacy competency standards for higher education", da Association of College and Research Libraries (ACRL, 2000) visando verificar a percepção da comunidade acadêmica acerca do plágio acadêmico tendo como base o uso ético da informação no contexto da Competência Informacional, utilizando-se o padrão número 5 da ACRL, por abordar a temática do plágio. A pesquisa a ser desenvolvida possui o caráter quantitativo, com levantamento bibliográfico para embasamento dos temas abordados e exploratória em relação aos seus objetivos. Para o levantamento dos dados e apresentação dos resultados será aplicado um questionário em uma amostra composta por estudantes universitários dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9685

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos alunos do primeiro e quinto períodos dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação e de Ciências Biológicas (*link* para acesso ao questionário: bit.ly/questplagio)

Questionário

Nome: _____ E-mail: _____

Idade: _____. Gênero: _____.

Semestre que está cursando: _____.

Curso: _____.

1) Você já possui algum curso de graduação ou pós-graduação concluído?

Sim

Não

Se sim:

1 a) Qual curso? _____ e

1 b) Em qual universidade? (nome, estado e país da universidade em que você estudou) _____.

2) Você já ouviu falar sobre plágio?

Sim, antes de ingressar na universidade

Sim, depois de ingressar na universidade

Não.

Outro. Especifique: _____.

3) Na sua opinião, qual das alternativas abaixo melhor define o que é plágio?

Transcrever um texto com suas próprias palavras fazendo a citação e a referência.

Reproduzir um texto sem fazer as devidas citações e sem referenciá-lo.

Escrever um texto utilizando a ideia de vários autores e citar as fontes.

Reproduzir vários parágrafos do texto de um determinado autor e referenciar este autor.

Outro. Especifique: _____.

4) Você costuma citar as fontes de onde foram retiradas as ideias contidas em seu texto?

Sim.

Não.

Às vezes.

Raramente.

Nunca.

Outro. Especifique: _____.

5) Na grade curricular do seu curso existe(m) alguma(s) disciplina(s) que aborda(m) a questão do plágio?

Sim.

Não.

Outro. Especifique: _____.

Se sim:

5 a) Qual/Quais disciplina(s)? _____.

6) Você conhece ou sabe se existe(m) alguma(s) ação(es) de combate ao plágio promovida(s) pela universidade em que você estuda (ou estudou)?

() Sim, na universidade em que eu estudo.

() Sim, na universidade em que eu estudei.

() Não.

() Outro. Especifique: _____

Se sim:

6 a) Qual/Quais ação/ações você conhece? _____

7) Com base na coluna “Conteúdo da fonte original” avalie a “Versão do estudante (redator)” e responda em quais das alternativas abaixo há ocorrência de plágio? Assinale colocando S para: Sim, ocorre plágio e N para: Não, não ocorre plágio.

7 a)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL	VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)
<p>A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.</p> <p>Referência: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008. p.48.</p> <p>A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.</p> <p>Referência: GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007. p.46.</p>	<p>A pesquisa documental restringe-se a documentos escritos ou não, o que se denomina de fontes primárias. Em geral, apresenta uma série de vantagens, entre elas o fato de que os documentos constituem fonte de informação rica e perene, o que é importante em qualquer pesquisa histórica.</p>

Fonte: Adaptado de KROKOSZ (2012)

() S = Sim, ocorre plágio.

() N = Não, não ocorre plágio.

7 b)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL	VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)
<p>Nosso modelo dinâmico de criação do conhecimento está ancorado no pressuposto crítico de que o conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. Chamamos esta interação de “conversão do conhecimento”.</p> <p>REFERÊNCIA: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do conhecimento. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008. p.59</p>	<p>Concluimos que dependendo do tipo de relações que se estabelecem entre as coisas (conhecimento objetivo) e a pessoa (conhecimento subjetivo) ocorre o que é chamado por Takeuchi e Nonaka (2008) de “conversão do conhecimento”.</p> <p>Na lista de referências: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do conhecimento. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>

Fonte: Adaptado de KROKOSCZ (2012)

() S = Sim, ocorre plágio.

() N = Não, não ocorre plágio.

7 c)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL	
<p>Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugido não é mais porque agora se tornou um novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa. Esses instantes que decorrem no ar que respiro: em fogos de artifício eles espocam mudos no espaço. Quero possuir os átomos do tempo. E quero capturar o presente que pela sua própria natureza me é interdito: o presente me foge, a atualidade me escapa, a atualidade sou eu sempre no já.</p> <p>Fonte: LISPECTOR, Clarice. Água viva. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p.9.</p>	
VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)	
<p>A permanente decorrência do tempo presente e de como a vida passa de forma tão fugaz tal qual a correnteza de um rio, são descritos por Clarice Lispector de forma bela e poética:</p> <p style="text-align: center;">4 cm _____</p> <p style="text-align: right;">Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugido não é mais porque agora se tornou um novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa. Esses instantes que decorrem no ar que respiro: em fogos de artifício eles espocam mudos no espaço. Quero possuir os átomos do tempo. E quero capturar o presente que pela sua própria natureza me é interdito: o presente me foge, a atualidade me escapa, a atualidade sou eu sempre no já. (LISPECTOR, 1998, p.9).</p> <p>As palavras da autora provocam a reflexão do leitor...O protagonismo na vida</p>	

seria esta busca permanentemente adiada de encontrar-se em um instante no tempo que ainda não é ou já foi? Pode ser mesmo que para os seres humanos o sentido da vida é o reconhecimento da provisoriedade de si e das coisas.

Referência: LISPECTOR, Clarice. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Fonte: Adaptado de KROKOSCZ (2012)

- () S = Sim, ocorre plágio.
 () N = Não, não ocorre plágio.

7 d)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL

Para que a empresa seja socialmente responsável, deve incluir em suas políticas objetivos e compromissos que envolvam desde a utilização de materiais que não agriam o meio ambiente até a preocupação com o ser humano, seja ele integrante de seu público interno, pertencente à comunidade ou ao público consumidor de seus produtos e serviços. Suas ações devem contemplar, também, o investimento cultural.

Referência:

COELHO, Marcio. **A essência da administração**: conceitos introdutórios. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 245.

VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)

Entre os objetivos e compromissos adotados por empresas socialmente responsáveis, Coelho (2008) destaca a utilização de materiais que não agriam o meio ambiente até a preocupação com o ser humano, seja ele integrante de seu público interno, pertencente à comunidade ou ao público consumidor de seus produtos e serviços.

Referência:

COELHO, Marcio. **A essência da administração**: conceitos introdutórios. São Paulo: Saraiva, 2008.

Fonte: Adaptado de KROKOSCZ (2012)

- () S = Sim, ocorre plágio.
 () N = Não, não ocorre plágio.

7 e)

CONTEÚDO DA FONTE ORIGINAL

Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimentação. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar, etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente.

Referência:

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

VERSÃO DO ESTUDANTE (REDATOR)

Para que o conhecimento obtido por meio das experiências sensoriais (visão, audição, tato, etc.) seja reconhecido como científico é necessário que seja provado. Esta objetividade implica no fato de que opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência.

Fonte: Adaptado de KROKOSZ (2012)

- () S = Sim, ocorre plágio.
 () N = Não, não ocorre plágio.

8) Você costuma consultar as normas e manuais de normalização ao desenvolver um texto acadêmico?

- () Sim.
 () Não.
 () Às vezes.
 () Raramente.
 () Nunca.
 () Outro. Especifique: _____

Se sim:

8 a) Quais as normas e manuais de normalização você costuma consultar? _____

9) Por qual(is) motivo(s) você acredita que os estudantes cometam plágio?

- () Ingenuidade. (Escolha uma ou mais alternativas).
 () Má fé.
 () Falta de tempo para efetuar o trabalho ou a pesquisa.
 () Falta de compromisso ético com a pesquisa.
 () Desinteresse pelo tema de estudo.
 () Falta de informação sobre o método de desenvolvimento do trabalho de pesquisa
 () Outro. Especifique: _____

10) Quais as sanções que, no seu ponto de vista, devem ser aplicadas ao ser detectado o plágio? (Escolha uma ou mais alternativas).

- () Reprovação na disciplina.
 () Elaboração de um novo texto.
 () Expulsão da universidade.
 () Acusação de crime de violação de direito autoral.
 () Diálogo com o aluno após a detecção do plágio para que ele justifique os motivos de ter plagiado.
 () Invalidação da avaliação e não atribuição de nota para essa atividade.

11) Por favor, deixe aqui seus comentários e opiniões sobre o plágio acadêmico bem como quaisquer observações que tenha sobre este questionário.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa: ***A dimensão ética da Competência Informacional no ensino superior: o plágio acadêmico na percepção de estudantes universitários.***
2. Nesta pesquisa, procuramos investigar a percepção dos alunos ingressantes e do quinto semestre do Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação e de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, *campus* São Carlos, acerca do plágio acadêmico tendo como base o uso ético da informação no contexto da Competência Informacional. A pesquisa baseia-se na aplicação de questionário e levantamento bibliográfico.
 - a. Você foi selecionado para participar desta pesquisa por ser aluno de um dos cursos escolhidos para o estudo, e sua participação não é obrigatória. A escolha dos cursos baseou-se no percurso de formação acadêmica de profissionais de duas áreas distintas.
 - b. O objetivo deste estudo é verificar qual a percepção dos alunos ingressantes e do quinto semestre do Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação e de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, *campus* São Carlos, acerca do plágio acadêmico tendo como base o uso ético da informação no contexto da Competência Informacional.
 - c. Sua participação consistirá em responder aos questionários elaborados para coleta de dados desta pesquisa.
3. Dada a natureza desta pesquisa, as possibilidades de risco são mínimas, e de natureza intelectual. Estes riscos são diminuídos, uma vez que as perguntas dos questionários não visam invadir sua intimidade ou constrangê-lo.
 - a. Como garantia de integridade, será dada a você total liberdade para não responder a qualquer questão, e garantimos que não haverá nenhuma consequência advinda desta decisão.
4. Você é livre para se recusar a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento, em qualquer fase do estudo. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.
5. O resultado deste trabalho ajudará a compreender a percepção dos alunos ingressantes e do quinto semestre do Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação e do Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, *campus* São Carlos, acerca do plágio acadêmico tendo como base o uso ético da informação no contexto da Competência Informacional.
6. A pesquisa será executada pela pesquisadora, com o devido acompanhamento de sua orientadora, Profa. Dra. Ariadne Chloë Mary Furnival.
7. Fica garantida a prestação de quaisquer esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, a respeito dos procedimentos adotados na mesma.
8. Todos os dados coletados nesta pesquisa são confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.
9. Não há despesas decorrentes da participação nesta pesquisa.
10. O participante tem o direito de ressarcimento de quaisquer gastos decorrentes à atividade desta pesquisa.
11. Abaixo constam os dados de contato do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Thaís Aparecida de Lima

Rodovia José Aurélio Vilela, 11999, Cidade Universitária – Poços de Caldas/ MG

thais.aplima@unifal-mg.edu.br - Tel.: (35) 3697-4614

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Local e data: _____

Nome do participante da pesquisa: _____

Assinatura do participante da pesquisa: _____